

«AVANTE!» REVELA AS VERBAS PARA AS AUTARQUIAS EM 1984

AS ESCURAS E INEXPLICÁVEIS CONTAS DO GOVERNO PS/PSD

O Governo Soares/Mota Pinto rouba dinheiro às autarquias aplicando critérios que não estão em nenhuma lei e só se conhecem nos gabinetes da coligação. No **Suplemento**, publicamos em primeira mão as verbas atribuídas a todos os concelhos comparadas com as do ano passado. Na pág. 6 do primeiro caderno, reportagem do seminário realizado no passado sábado em Lisboa e onde este e outros problemas ligados ao Poder Local foram amplamente debatidos



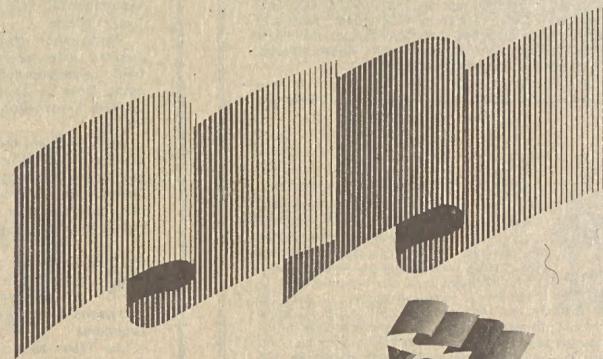
Milhares de agricultores reunidos em Coimbra condenaram a política de miséria e ruína do Governo PS/PSD

AGRICULTORES EM COIMBRA EXIGEM NOVA POLÍTICA AGRÍCOLA

Pág. 5

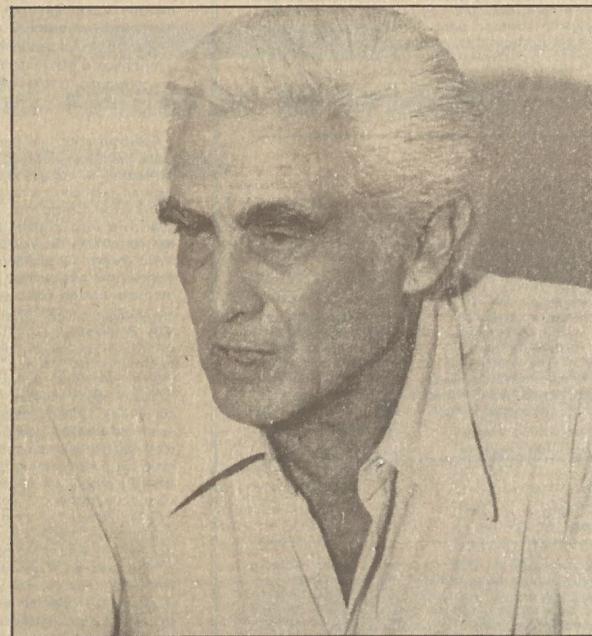
JORNADA NACIONAL DE PROTESTO

Pág. 7



X CONGRESSO
PARTIDO
COMUNISTA
PORTUGUÊS
PORTO - 15 a 18 de DEZEMBRO 1983

*Estamos
a menos
de um mês
do X Congresso!
A agenda
de reuniões
cresce
todos os dias!*



*Declarações
de Álvaro Cunhal
ao «Avante!»
sobre o debate
das Teses*

Suplemento

SEMANA

9

Quarta-feira

O Governo manda deter 37 dirigentes sindicais da Função Pública, quando estes faziam uma vigília de 24 horas junto à residência oficial do Primeiro-Ministro para reclamar uma audiência pedida há já quatro meses. Cerca cinco mil vidreiros da Marinha Grande cortam as principais linhas rodoviárias e ferroviárias de acesso à vila, acção que foi acompanhada de uma jornada de greve cumprida a 100% nas várias empresas, no quadro da luta prosseguida há meses pelos vidreiros em prol da garantia de trabalho e paz. O presidente norte-americano Ronald Reagan chega a Tóquio para uma visita de quatro dias ao Japão; o governo japonês mobilizará 90 000 polícias para proteger a visita presidencial. Os trabalhadores uruguaios fazem duas paralizações simbólicas de dez minutos e um desfile com concentração em pleno centro de Montevideo, como forma de protesto contra o regime militar.

10

Quinta-feira



Gen. Garcia dos Santos

O secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, envia uma mensagem de agradecimento e desejos de êxito aos promotores das Marchas da Paz, que decorreram em sete cidades portuguesas, de apoio à Campanha Mundial pelo Desarmamento. O Conselho de Ministros aprova um projecto de Lei de Imprensa com o qual pretende introduzir diversos limites à liberdade de informar, obrigando os jornalistas a revelar as suas fontes «em alguns casos» e limitando a intervenção dos profissionais nos órgãos pertencentes ao Estado. O Chefe do Estado-Maior do Exército, general Garcia dos Santos, afirma, num intervalo de uma reunião de comandos do Exército que decorreu no Regimento de Infantaria de Abrantes que «estou e continuarei a estar na plena posse das minhas competências», afirmando-se igualmente surpreendido com a posição expressa pelo Governo, através do Conselho de Ministros, sobre a última reunião do CSDN que inviabilizou a nomeação do general Aurélio Trindade para comandante da Região Militar do Norte. As forças palestinas em confronto no norte do Líbano respeitam o cessar-fogo que ontem entrou em vigor. O governo fascista de El Salvador ameaça com uma intervenção armada de «cer-tos países da América Central» contra a Nicarágua.

11

Sexta-feira



Fernando F. Van-Dunen

Inicia-se em Lisboa a «Cimeira Ibérica» promovida pelos Primeiros-Ministros de Portugal e Espanha, respectivamente Mário Soares e Felipe Gonzalez; o objectivo central dos dois governantes é «acertar agulhas para a CEE» e mostrar à Europa dos monopólios (segundo Jaime Gama, ministro português dos NE) que os dois países «estão aptos» a integrar-se no modelo político-económico da CEE. O embaixador angolano em Lisboa, Fernando França Van-Dunen, afirma que as relações entre a RPA e Portugal não atingiram o nível que podiam alcançar devido a actos desestabilizadores dirigidos contra o seu país e que são permitidos em território português. O presidente Ronald Reagan, de visita ao Japão, apela ao reforço militar daquele país. Sete congressistas do Partido Democrático dos EUA apresentam uma proposta para iniciar um processo parlamentar contra Ronald Reagan por ter ordenado a invasão de Granada, actuando assim «de forma ilegal e inconstitucional».

12

Sábado



«Cimeira Ibérica»

Termina a «Cimeira Ibérica» dirigida por Mário Soares e Felipe Gonzalez, sem que se vislumbre algo de palpável nos objectivos centrais dos promotores — o «oleamento» da entrada de Portugal e Espanha na CEE. O presidente Reagan, já no final da sua visita ao Japão, reafirma, na sua visita de três dias à Coreia do Sul, todo o seu apoio ao governo de Seul, como se sabe mantido com o apoio das tropas de ocupação norte-americanas. O dirigente soviético Boris Ponomarev afirma que a URSS está preocupada com os acontecimentos verificados no Norte do Líbano, considerando que os confrontos armados prejudicam a causa palestina; informaria ainda que foram enviadas mensagens ao presidente da OLP, Yasser Arafat, e a países árabes, para que ajudem a pôr-se termo ao conflito.

13

Domingo

Mais de cinco mil agricultores e 600 organizações da lavoura aprovam, no Encontro de Coimbra da Confederação Nacional de Agricultura (CNA), um «caderno de reclamações», condenando igualmente a política agrícola do Governo. Segundo as federações sindicais da CGTP-INT, mais de 900 000 trabalhadores têm as suas convenções colectivas de trabalho bloqueadas, por responsabilidade do Governo PS/PSD e do patronato. Portugal vence por 1-0 a URSS, no jogo decisivo de apuramento para a fase final do campeonato europeu. Milhares de norte-americanos, vindos de diversos pontos do país, protestaram em Washington contra a política do presidente Reagan na América Central e Caribais.

14

Segunda-feira

Uma nota da SIP do PCP condena os recentes actos terroristas reivindicados pelas autodenominadas «FP-25», sublinhando que tais acções «não podem deixar de ser consideradas como sinal de um perigoso desenvolvimento de uma operação provocatória contra o movimento operário e as lutas dos trabalhadores, no exclusivo interesse das forças reaccionárias e da política de direita». O ministro britânico da Defesa anuncia oficialmente que já está na Grã-Bretanha os primeiros mísseis nucleares norte-americanos de médio alcance «Cruise»; o bispo católico britânico, monsenhor Bruce Kent, secretário-geral da «Campanha pelo Desarmamento Nuclear», consideraria o facto como «a tragédia maior do género humano».

15

Terça-feira

Os deputados do PS, PSD e CDS aprovam na Assembleia da República uma proposta de lei do Governo que restringe até Junho do próximo ano o exercício de direitos sindicais aos profissionais da PSP. Militantes comunistas são presos na Nazaré (Câmara de presidência PS) quando pintavam um mural alusivo ao X Congresso do PCP. Os trabalhadores da ANOP exigem em plenário verbas que permitam o pagamento dos salários e o funcionamento da agência. Pequenos e médios comerciantes e industriais consideram imoral a afirmação do secretário de Estado do Tesouro de que «há que ter coragem de deixar falir empresas». O Clube Militar Naval comemora os seus 117 anos de vida. A Turquia tenta anexar o norte de Chipre, servindo-se para tanto de uma alegada declaração de independência levada a cabo por dirigentes da comunidade cipriota turca. Na sequência da instalação na Grã-Bretanha dos primeiros mísseis de Cruzeiro norte-americanos, é encarado com crescente preocupação o futuro das negociações de Genebra.

Editorial

«AGORA JÁ SE PODE COMPARAR»

Sob a agressiva política do Governo PS/PSD o povo português vê aumentar a sua insegurança e inquietação. Quase não passa um dia sem um novo passo no agravamento da crise que flagela o País. É uma situação que é imperioso ultrapassar e que implica uma urgente mudança de política e de Governo.

A estabilidade, legalidade e ordem democráticas como pressupostos indispensáveis à saída da crise e à solução dos problemas nacionais é um ponto das Teses para o X Congresso do PCP de relevo particular no quadro da situação actual.

Tanto maior quanto o Governo Soares/Mota Pinto se assume cada vez mais na prática como um foco permanente de deterioração e desestabilização da vida nacional, como fonte de atropelos à legalidade democrática, como efectivo fomentador de guerra social, económica e institucional.

Os chefes da coligação governante e os seus serventários na comunicação social estatizada ou enfeudada pretendem pôr no pelourinho o PCP como elemento perturbador da estabilidade e da ordem democráticas, tentando responsabilizar o PCP por males que lhes saem inteiros das próprias mãos.

Não é apenas no conteúdo das Teses para o X Congresso que o PCP se afirma como um grande Partido democrático estreitamente vinculado às realidades e aos problemas e aspirações populares mais profundas.

As Teses são o reflexo de uma prática política e de uma inserção na vida e nas grandes aspirações do Povo que se verificam e manifestam em todas as frentes de intervenção e de actividade dos comunistas.

Durante a campanha eleitoral do PS em Março deste ano, quando Mário Soares proclamava com ênfase o seu «diagnóstico da crise» contra o Governo da «AD», dirigido pelo partido ao qual se aliou no dia seguinte, uma das suas grandes tiradas propagandísticas era — referindo-se à política da «AD» — «agora já é possível comparar».

Com base na prática política destes 5 meses de Governo PS/PSD dirigido por Mário Soares nós podemos parafrasear e dizer-lhes: comparai!

Comparai a prática política, o comportamento institucional, a democracia interna, o respeito pela legalidade democrática, as propostas políticas do PCP com os dos dois parceiros da clique governante e a comparação será instrutiva.

Nos debates parlamentares da última semana o deputado José Luis Nunes, do PS, destilou da tribuna da AR o seu conhecido e vesgo anticomunismo a propósito das Teses do PCP para o X Congresso.

O deputado do PS, a quem sem dúvida incomodou a proposta de formação de um Governo democrático de salvação nacional enunciada nas Teses do Comité Central, permitiu-se destilar humor a propósito do carácter democrático e da democracia interna do PCP, aliás numa perfeita comanção de ideias com o ultra Mota Pinto, que dias antes tocara o mesmo bordão. Vários outros deputados da maioria, incluindo o CDS, acompanharam a tirada humorística do deputado socialista.

O mal que se pode dizer é que era um humor «amarelo». Todos eles deveriam estar a lembrar-se das suas próprias dissensões caseiras.

As Teses do PCP estão a ser debatidas por dezenas de

milhares de camaradas em milhares de reuniões e plénarios de organização que irão multiplicar-se até ao termo da discussão e até à data da entrega das propostas de emendas ao texto do Comité Central.

Mas até nesta fase ainda a decorrer nós podemos conchamar aos inveterados cavernícolas do anticomunismo: Comparai!

Comparai com o acolhimento dado às «moções de estratégia» para o V Congresso do PS de que, de um total de 29 foram rejeitadas 26, pela comissão permanente, comparai às 800 emendas incluídas, das mais de 1000 apresentadas pelos membros do nosso Comité Central que enriqueceram criadoramente o texto original.

Comparai os debates por vezes acessos das reuniões das células do PCP em torno das Teses do nosso X Congresso, meditati sobre a grande coesão e unidade que daí resulta, comparai tudo isso com as lutas de facções no seio do PS na fase preparatória e nas próprias sessões do seu V Congresso, e ainda com as autênticas lutas de galos no seio do PSD e do CDS no desabar da «AD» e neste próprio momento.

Comparai, comparai, que é instrutiva a comparação...

No plano social e económico a acção desestabilizadora da coligação governante é como uma chaga aberta.

Nenhuma medida governamental para pôr um dique à situação imoral e angustiante do não pagamento dos salários em atraso. Segundo os números da CGTP-Intersindical, num apanhado ainda incompleto, cerca de 90 000 trabalhadores relativos a 276 empresas de 12 dos distritos do País têm os salários em atraso. Só no distrito de Castelo Branco a 3000 operários de 16 empresas têxteis devem 100 000 contos de salários em atraso!

O Governo recusou-se a votar a proposta de lei de emergência do PCP mas é uma autêntica emergência a que determina a solução de uma angustiante situação que reduz à miséria e está condenando a fome centenas de milhares de seres que dependem de um salário que não é pago.

Aos trabalhadores da MDF pretende agora o patronato pagar uma 3.ª prestação de 5 contos relativa ao mês de Setembro, aos vidreiros da Fontela e da Marinha Grande nenhuma solução é dada a uma situação que no caso da primeira se arrasta há cerca de 20 meses!

E quando os trabalhadores da Marinha Grande e da Fontela e outros em desespero recorrem a formas de luta mais elevadas é com a repressão brutal e com a recusa ao diálogo que se lhes responde.

O caso dos 23 trabalhadores da Função Pública levados a Tribunal por estarem à porta do Primeiro-Ministro a solicitar uma entrevista é um escândalo que não deveria esperar-se do secretário-geral de um partido Socialista.

Claro que toda esta luta pelo pão travada em condições tão duras é para os governantes uma acção desestabilizadora do PCP...

Os comunistas estão com os trabalhadores e a sua luta, mas quem prevarica e desestabiliza é o PCP e os trabalhadores ou o Governo Soares/Mota Pinto?

O roubo do 13.º mês contra o qual os trabalhadores descem hoje de novo à rua é outro episódio da «guerra social» movida pelo Governo PS/PSD contra o mundo do trabalho. Cerca de 20 milhões de contos vão ser extorquidos aos trabalhadores e para exempli-

ficar com o distrito de Castelo Branco atrás citado avalia-se que o renegado imposto que o Governo fez aprovar pela sua dócil maioria levar-lhes-á 300 mil contos!

Para o patronato, o Governo é um mãos rotas. Nenhuma medida é aplicada para os casos de procedimento fraudulento. Os grandes detentores do capital organizam diárias e impune a fuga de capitais para o estrangeiro, as dívidas do patronato à previdência aumentam de 1 milhão de contos cada mês e sobem já a mais de 65 milhões de contos.

O Governo não só não toma quaisquer medidas para obrigar os grandes capitalistas a pagar o que devem, não só os alivia da carga fiscal sobrecarregando os trabalhadores, como nenhuma medida toma para ajudar os modestos patrões em reais dificuldades, facultando-lhes crédito em condições favoráveis, promovendo medidas económicas de fundo que minorem a sua situação.

É de um cinismo inqualificável que o secretário de Estado do Tesouro se tenha permitido declarar publicamente que «é preciso ter a coragem de deixar falir empresas».

Essa é, aliás, a determinação do FMI cujos «fiscals» se encontram de novo neste momento em Portugal para fiscalizarem o cumprimento dos compromissos assumidos pelo Governo quando da assinatura dos acordos.

A grandiosa jornada dos pequenos e médios agricultores que neste fim-de-semana exigiram uma nova política agrícola que os liberte da ruína e da miséria é elucidativa do profundo descontentamento que nos campos de Portugal cresce contra a política do Governo.

E o irrisório de tudo isto é a clique governante e os escribas a soldo do grande capital cujos interesses são tão caros ao Governo actual acumulado desta ruínoza situação económica... o PCP!

Toda a gente vê, mas os governantes viram o bico ao prego, que o governo é o causador da profunda desestabilização económica e social que está na base da crise que assola o País.

A reanimação da guerrilha institucional da coligação PS/PSD, acolitada pelas forças reaccionárias mais retrógradas, visando o Presidente da República e os militares que recusam prestar-se à governamentalização e instrumentalização das Forças Armadas, assumiu aspectos dos mais odiosos e desestabilizadores.

O Governo Soares/Mota Pinto assume-se como instrumento velado ou aberto da contra-revolução em Portugal, é a artilharia pesada das forças económicas e sociais apedadas em 25 de Abril para a reconstituição do seu poder económico e político.

Compreende-se melhor a esta luz a profunda inquietação que a publicação das Teses do X Congresso do PCP provocou nos chefes da coligação governante e nos seus apunhados.

Compreende-se porque, cada vez mais, os factores da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista temem a crescente tomada de consciência, a unidade e a determinação de luta dos trabalhadores e dos portugueses das classes e camadas intermédias, duramente esclarecidos sobre a política de desastre do actual governo e sobre a necessidade urgente de os afastar do poder e de pôr em seu lugar, como preconizam as Teses do Comité Central, um governo democrático de salvação nacional que represente uma alternativa democrática ao governo PS/PSD e à sua política.

PCP

Octávio Pato no Montijo: «A corrupção continuou a aumentar desde que a coligação PS/PSD está no Poder»

Intervindo num comício do Partido realizado há dias no Montijo, o camarada Octávio Pato membro da Comissão Política e do Secretariado do CC analisou a grave situação económica e social do País, tendo chamado a atenção para a «corrupção, o tráfico de influências e a imoralidade» que têm caracterizado a acção do actual Governo.

Estabelecendo um paralelo entre os rendimentos dos trabalhadores e dos que ocupam lugares públicos, o dirigente comunista referiu que «enquanto no País existem centenas de milhares de trabalhadores a ganhar 10 ou 15 contos mensais, ou não ganham mesmo nada porque estão no desemprego ou estão há meses com os salários em atraso, enquanto os reformados recebem quantias irrisórias e a fome alastra pelo País, o Primeiro-Ministro ganha qualquer coisa como mais de 130 contos mensais, um ministro ganha para cima de 110 contos, um secretário de Estado mais de 97 contos mensais, um gestor público pode ganhar 117 contos.

Estes valores são tanto mais significativos, prosseguiu Octávio Pato «quanto é sabido que o Presidente da República ganha pouco mais que 50 contos e, se se incluir mesmo as despesas de representação, tal verba não vai além de 80 contos. Ou seja, assiste-se a este facto escandaloso: o Presidente da República, entidade máxima do País, recebe bastante menos que um qualquer secretário de Estado».

Abordando a questão da corrupção e das demagógicas medidas propagadas pelo PS durante a campanha eleitoral, o orador salientou a propósito que «ninguém tem quaisquer dúvidas de que a corrupção

ilustrou com alguns exemplos: «Com os trabalhadores da Lisnave e da Marinha Grande o diálogo tomou aspectos de repressão violenta; com os trabalhadores na Renault não chegou a haver qualquer diálogo por que o moderador que o dr. Mário Soares achou necessário

chamar, ou seja, a polícia, não chegou a tempo».

Tal procedimento não é contudo, indiscriminado.

Para os amigalhões, para «os que comungam os mesmos objectivos, a mesma sanha destruidora, com a CIP, a

CAP, o grande capital financeiro, o FMI e naturalmente com a sua capa sindical, a UGT», tudo é bem diferente.

No final da sua intervenção Octávio Pato referiu-se por último ao trabalho preparatório para o X Congresso assinalando que a «dinâmica criada a

volta da discussão das teses é à partida uma garantia de justiça das grandes linhas orientadoras para a actuação futura do Partido.» «A capacidade organizativa, mobilizadora e criativa do grande colectivo que é o PCP sairá reforçada do nosso Congresso», concluiu.

Saudação ao MPLA — Partido do Trabalho

O CC do PCP enviou ao camarada José Eduardo dos Santos, presidente do MPLA-Partido do Trabalho, e ao CC do MPLA-PT a seguinte mensagem:

«Por ocasião do 8.º Aniversário da independência da República Popular de Angola, o Comité Central do Partido Comunista Português seguro de interpretar os sentimentos dos comunistas e do povo português, saúde fraternal e calorosamente o Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho, e por seu intermédio, o povo irmão angolano.

A passagem deste 8.º aniversário da independência da República Popular de Angola está marcado pela continuação da ocupação do sul de Angola pela R.A.S., ponta de lança do imperialismo norte-americano na região, situação que

impõe ao povo angolano pesados sacrifícios e acarreta enormes perigos para a paz em toda a região da África Austral.

Os comunistas portugueses consideram que a crescente agressividade dos racistas sul-africanos na África Austral é parte integrante da contra-ofensiva mais geral do imperialismo para tentar travar a luta de libertação dos trabalhadores e dos povos e, na região, para impedir a independência da Namíbia, a liquidação do regime fascista do «Apartheid» na África do Sul e a edificação na região de novas sociedades no caminho do socialismo.

Ao manifestar a sua solidariedade ao MPLA-PT, ao povo angolano na sua luta tenaz e heróica em defesa da independência nacional e da integridade territorial da RPA, pela construção de

uma sociedade liberta da exploração do homem pelo homem, o PCP considera de capital importância para derrotar os desígnios do imperialismo, reforçar a cooperação entre todas as forças revolucionárias e anti-imperialistas à escala mundial.

Em Portugal, o PCP continuará a lutar por uma política externa de paz, amizade e cooperação com todos os povos orientada para a diversificação das relações externas, na qual as relações com a RPA e os novos países africanos desempenharão um importante papel. Os comunistas portugueses denunciam e combatem firmemente, como contrária aos próprios interesses do povo português e do novo Portugal democrático, a política seguida pelos sucessivos governos portugueses de per-

mitir, em Portugal a jurados inimigos da revolução angolana actividades hostis à RPA.

Desejando-vos os maiores sucessos nas complexas e difíceis tarefas da reconstrução nacional e no combate aos inimigos externos e internos da RPA, reafirmamos-vos a nossa vontade de continuar a agir para que se reforcem cada vez mais os laços de amizade, solidariedade e cooperação existentes entre os dois partidos, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, no interesse dos dois povos e países, dos ideais comuns do progresso social, do socialismo e da paz.»

O Comité Central do Partido Comunista Português

Lisboa, 10/11/83

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL. Av. Santos Dumont, 57-3.º D.º. 1000 Lisboa. Tel. 769744-769751

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725-769722

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828-779825-769751

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238

Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto. Tel. 653904-659615

Centro Distribuidor de Coimbra: Tenreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra. Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 766402

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 900044

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B — 1100 Lisboa. Tel. 776936-776750

Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 381067

Composto e impresso na Henka Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Depósito legal n.º 205/82

Tiragem do mês de Outubro 146 167

Assembleia da República

Proposta de alteração ao Orçamento para tapar buracos e ilegalidades

De novo sentado na bancada do Governo — no banco dos réus acusados de tomarem medidas antipopulares —, Alípio Dias viu-se e desejou-se para se dar ares de quem explica sem explicar coisa nenhuma, de quem responde sem responder a qualquer pergunta da oposição. Em apreciação estava a proposta de lei governamental que visava alterar o diploma que aprovara em Fevereiro o Orçamento do Estado para o ano corrente.

As alterações introduzidas, pois, na passada segunda-feira, não foram — nem seria de esperar — coisa boa. Redução de investimentos, introdução enfiada dos novos impostos no Orçamento, foi o que moveu o Governo a ir à Assembleia fazer a sua proposta. Desde praticamente o início que tudo ficou claro apesar da escuridão com que Alípio Dias procurou envolver alguns dos mais importantes aspectos do diploma que levou à AR.

Ilda Figueiredo resumiu: a proposta era incorrecta, incompleta, má, nem sequer devidamente fundamentada. De todas as bancadas da oposição se levantaram objecções quanto ao fundo e alguns protestos quanto à forma. Mesmo algumas formações que nos acostumaram a uma ampla tolerância quanto às iniciativas da maioria ou do executivo — a ASDI e a UEDS —, se manifestaram profundamente cépticas neste caso.

Mas Alípio Dias estava descançado. A semelhança dos tempos em que a «AD» era o «posso, quero e mando» na Assembleia, também a «nova» maioria está disposta a dar o seu aval, muitas vezes sem procurar explicar-se, às iniciativas do Governo. Apesar de visivelmente incomodado com a sua falta de argumentos e, sobretudo, dos segredos que não

divulgar, Alípio sabia de antemão que poderia, no final, ir em paz. A maioria encarregar-se-ia de o absolver. Foi o que aconteceu.

Se o CDS, a páginas tantas, protestou pelo facto de, em matéria tão séria como a orçamental, tivesse vindo à AR um secretário de Estado em vez do próprio ministro das Finanças Ernâni Lopes, a presença de Alípio foi considerada, pelo PCP, como simbólica. Carlos Brito afirmaria, na declaração de voto, que o secretário de Estado Alípio Dias era como que um símbolo da continuidade, o traço de união entre a política da «AD» e a actual, já que também no anterior governo ocupara o mesmo lugar e as mesmas responsabilidades.

Tarde e mal

O camarada Octávio Teixeira, deputado do PCP, na intervenção que proferiu durante o debate, sublinhou o atraso com que a proposta de alteração fora apresentada. O Orçamento para 83 (provisório) necessitava de uma revisão para o que o PCP já chamara a atenção durante o debate do Programa — há cinco meses!

Depois de recordar que em Fevereiro passado, numa só sessão, a AR aprovara um

OGE provisório para 83 que dera entrada no dia anterior e que a «AD», pretendendo prolongar-se no poder e adiar a dissolução da Assembleia não apresentara uma listagem de medidas consideradas urgentes mas limitara-se à repetição da apresentação do OGE que fizera em Dezembro de 82. Octávio Teixeira insistiu em que merecera consenso alargado a necessidade de urgente revisão do Orçamento por um Governo que resultasse de eleições legislativas.

E o deputado comunista lembrou:

Como referia, em nome do PS, o então deputado Almeida Santos, «vem aí as eleições, provavelmente outra maioria, outra política, outra visão de coisas, e o orçamento que esta maioria aprove poderá, oportunamente ser revisto e naturalmente virá a sê-lo». E assim deveria ter sucedido pois que, para além do mais, e como o mesmo deputado referia, aquele orçamento (provisório) «traz consigo a carga de uma fiscalidade agressiva; caustica quem emprende, quem troca, quem produz, quem trabalha, quem consome (...) é de facto um rigor mortis o que nela se passa». Assim deveria ter sucedido... mas não sucedeu.

As eleições realizaram-se. Uma outra maioria surgiu nesta Assembleia. O que não se registou foi uma «outra política, outra visão das coisas». Só isso pode justificar que o orçamento (provisório), tão claramente criticado pelo número 3 do actual Go-

verno, não tenha sido oportunamente revisto.

Apesar de continuamente alertado pelo PCP para a necessidade da sua revisão e substituição, o actual Governo tomou como seu orçamento que em substância não foi discutido pela Assembleia da República. Tal como da AD retomou a via das peripécias escandalosas, visando o estabelecimento

de uma autêntica ditadura financeira do Governo.

Lembrando ainda que o actual Governo, em Setembro, apresentou o célebre «pacote fiscal» visando arrecadar 17,4 milhões de contos para cobrir em parte o aumento de 54 milhões do défice orçamental — resultante também da realização de despesas não autorizadas pelo parlamento —, Octávio Teixeira sublinhou para

quem tivesse «esquecido», que o Governo recusara propor a revisão orçamental que resultava necessariamente da apresentação do «pacote». A inscrição orçamental do imposto extraordinário sobre rendimentos de trabalho é uma exigência constitucional. Mas o Governo fez orelhas moucas, apoiado apenas «na força bruta do voto da maioria parlamentar».

O deputado comunista acu-

E quando se lhe refere recorre a eufemismos inquietantes. Em Setembro deste ano, o sr. secretário de Estado do Orçamento reconheceu aqui a existência daquilo a que chamou «desvios desfavoráveis» na execução das despesas. Interrogado sobre as áreas em que tinham tido lugar as ilegalidades, inumerou algumas, deixando sem referência outras insistentemente ventiladas pela comunicação social.

Constata-se agora que, em alguns dos casos, os números constantes do Orçamento suplementar divergem substancialmente dos aqui anunciados em Setembro pelo Secretário de Estado.

Constata-se, por outro lado, que o tão referido e nunca desmentido buraco de milhões no Ministério do Equipamento Social não é agora objecto de qualquer regularização. E isto dá que pensar: o buraco nunca existiu? Eram falsas as notícias que alegando origem governamental foram veiculadas logo em Julho sobre as preocupações decorrentes desse buraco? Ou o Governo conseguiu meios financeiros para tapar esse buraco? E qual a origem desses meios?

Ou há aqui posse de mágica ou há gato, ou ambas as coisas. Estamos em crer que efectivamente se está perante mais uma situação anómala a culminar uma espantosa cadeia de anomalias e ocultações de responsabilidades.

Havia certamente gato. E, apesar de o bicho estar escondido com o rabo de fora, foram inúteis os esforços de várias bancadas para o arrancar de baixo da capa de Alípio Dias que manteve sempre o gato bem agarrado. Face às variadíssimas perguntas que lhe foram colocadas, o secretário de Estado ignorou-as sistematicamente, ficando-se por generalidades.

Porquê os extensos cortes e reduções de investimentos? — ao Ministério do Mar, da Educação, da Agricultura, das obras, enquanto se continua a financiar o capital especulador?

ANOP — sim ou sopas?

Uma das perguntas várias vezes repetidas foi sobre a questão da ANOP. Muitos trabalhadores daquela agência encontravam-se a assistir ao debate. Alípio Dias forneceu uma lista de subsídios a empresas públicas, denominando-

«as. E a ANOP? Nenhuma resposta. Por fim, ao jeito de golpe de teatro, o secretário de Estado diz que se esquecera de responder mas que, «se o Conselho de Ministros decidir» avançar com o dinheiro «existe verba» para tal, na dotação provisória de dois milhões de contos inscrita na proposta de lei.

«Mas quanto? Mas quando?», pergunta Carlos Carvalhas, do PCP. Lopes Cardoso da UEDS afirma: então acaba o argumento utilizado pelo Governo de que não há cabimento orçamental para pagar à ANOP. Alípio Dias, a contragosto, concorda. Mas não responde concretamente. O caso está nas mãos do Governo. E tem de ser Carlos Lage, da bancada do PS, a responder pelo Governo, considerando que «acaba de ser garantido aos trabalhadores da ANOP o pagamento dos salários a que têm direito»...

O pagamento de salários aos trabalhadores da ANOP tinha sido, de resto, objecto de uma proposta de alteração, da parte do PCP, que foi posteriormente retirada, dado o compromisso assumido pelo Governo — através do dirigente do PS na Assembleia e da bancada que o aplaudiu — em proceder a esse pagamento.

Outra proposta de alteração, visando impedir a cobrança do imposto extraordinário sobre o 13.º mês dos trabalhadores, foi apresentada pelos comunistas e recolheu os votos favoráveis de todos os partidos menos os do PS e do PSD.

Finalmente, uma proposta também do PCP, que visava impedir a cobrança do imposto de saída do País, posteriormente transformada em proposta de revogação do mesmo imposto, foi rejeitada pelos mesmos votos isolados do PS e do PSD.

A convergência de votos de todos os partidos menos os da coligação governamental é um dado importante. PCP, MDP, Verdes, UEDS, ASDI e CDS — apesar de este último partido aplaudir as intenções proclamadas pelo Governo e apenas se opor às medidas — votaram contra a proposta de lei do Governo e, de novo em conjunto, votaram favoravelmente as propostas dos comunistas. Também na Assembleia da República, a política levada a cabo pela coligação PS/PSD começa a ver reduzida a sua base de apoio.

Teses e X Congresso — Quem tem medo?

A Tese proposta ao X Congresso, que afirma a necessidade de constituição de um Governo de Salvação Nacional, está ao mesmo tempo a interessar os democratas portugueses e a causar engulhos aos políticos de direita. Apesar de a sua divulgação estar a ser sistematicamente impedida pelo silêncio com que a comunicação social nas mãos do Governo ou da reacção as procura cobrir, as teses estão a encontrar um eco que transcende em muito as fileiras do PCP, os seus militantes, os trabalhadores. Sucedem-se as declarações dos responsáveis do Governo e da coligação, na televisão e nos jornais, contra as propostas avançadas pelos comunistas. Estas reacções já chegaram, também, à Assembleia da República.

Com efeito, não foi o PCP quem trouxe, como de resto era seu direito, uma intervenção sobre o X Congresso que se prepara activamente por todo o país. Foi um leitor interessado, como deve haver muitos outros, que não só quis inteirar-se do conteúdo das Teses como resolveu trazer ao parlamento o resultado da sua leitura.

José Luís Nunes foi o deputado que não se conteve. A questão da solução avançada pelo PCP de constituição de um Governo de Salva-

ção Nacional para resolver a crise e a questão também avançada nas Teses de existência de um espaço político aberto à constituição de novos partidos, foram dois dos pontos levantados pelo deputado do PS na semana passada. Com a acusação, é claro, de que os comunistas defendem soluções fora do quadro constitucional.

Questões com resposta e com desmentido. A deputada comunista Zita Seabra respondeu a José Luís Nunes afirmando que cada vez há mais gente que, do lado do 25 de Abril, se manifesta contra a política do actual Governo e descontente com a política da direcção do Partido Socialista.

«Se acreditássemos que o quadro partidário e as soluções políticas para este país se esgotam neste Governo e na sua política — disse Zita Seabra —, então não teríamos nenhuma perspectiva de futuro».

A deputada comunista, desmentindo as acusações do deputado José Luís Nunes afirmou, por outro lado, que tem sido o Governo e não o PCP a colocar-se fora do quadro constitucional ao governamentalizar a Assembleia, desrespeitando decisões dos tribunais e a liberdade dos cidadãos.

so assim o executivo de, com esta proposta de alteração ao orçamento, visar apagar as ilegalidades cometidas com receio de os trabalhadores, fazendo uso dos seus direitos legais, se recusem ao pagamento dos 28 por cento sobre o 13.º mês...

E Octávio Teixeira esclareceu:

Com a apresentação desta proposta o Governo pretende agora sanar a situação ilegal que deixou criar no tocante às despesas públicas. Foram realizados sem cobertura orçamental 54 milhões de contos de despesas. É uma situação extremamente anómala que o Governo não só não esclarece integralmente como tem mantido em sigilo indevido.

Direitos sindicais da PSP ameaçados pelo Governo

O Governo apresentou na Assembleia da República mais uma proposta de lei que foi debatida e votada na terça-feira passada. Tratava-se de alterar o n.º 2 do Artigo 69.º da Lei de Defesa Nacional, referente ao Estatuto dos membros da Polícia de Segurança Pública. No momento em que a Lei de Defesa e as suas implicações suscitam as atenções de variados quadrantes da opinião pública, no momento em que a opinião pública segue com interesse a questão da sindicalização dos membros da PSP e as medidas disciplinares que restringem o direito à sindicalização dos polícias, esta proposta legislativa do Governo mereceu as atenções de todos. Que pretendia o Governo?

Aparentemente, o Executivo de Soares e Mota Pinto apenas desejava mais tempo. Mais tempo para que fosse publicada a nova legislação — prevista na Lei de Defesa Nacional — aplicável à PSP que deveria possuir um estatuto à parte do que rege as Forças Armadas. A Lei de Defesa definia um prazo para a apresentação dessa legislação. Hoje, confrontado o Governo com a movimentação dos agentes da PSP, é apresentada uma proposta que visa prolongar esse prazo — nada menos que até 15 de Junho do ano que vem!

Dois objectivos pretendia o Governo atingir, como referiu o camarada deputado João Amaral, do PCP, intervindo sobre o diploma apresentado à Assembleia: o primeiro era obter da AR «uma absolvição para os actos de abuso de poder que tem vindo a cometer em relação à constituição da associação sindical dos membros da PSP»; o segundo, induzir a AR a praticar um acto de desvio de poder, substituindo-se aos tribunais no julgamento, face ao direito vigente, da legalidade do exercício do direito de associação profissional por parte dos membros da daquela polícia».

O escândalo é público

Mas o deputado do PCP avisou o Governo:

Deve dizer-se que o Governo não pode atingir nenhum desses dois objectivos. Por uma razão simples: porque no Estado de direito democrático os actos de abuso de poder, as ilegalidades cometidas pelas autoridades em todo este processo são em última instância objecto da apreciação judicial e de nada lhe valerá, sr. ministro, a «absolvição» que eventualmente aqui obtenha da sua maioria. Como de nada lhe valerá o ardil de tentar, como faz com a presente proposta de lei, que seja a Assembleia a fazer o julgamento do processo, adaptando à medida do caso concreto a norma do Artigo 69.º, n.º 2 da Lei de Defesa Nacional.

O escândalo é público. Tentar instrumentalizar a Assembleia para o esconder torna-se assim um novo escândalo, que importa denunciar.

O deputado comunista propõe a análise de algumas questões, uma das quais a do

contexto em que surge a proposta de lei que referimos:

É sabido que há muito é desejo de membros da PSP constituírem uma associação sindical, tendo formado para o efeito uma Comissão Promotora. Quando da aprovação da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas foi introduzido um preceito — Artigo 69.º, n.º 2 — que faz aplicar transitoriamente (sublinho, transitoriamente!), à PSP o regime de restrição de direitos dos militares no activo, regime constante do Artigo 31.º daquela lei.

Afirmando seguidamente que, na opinião dos comunistas, tal disposição é inconstitucional, o deputado do PCP sublinhou que o importante é que passaram 6 meses — prazo previsto para uma proposta de lei sobre a matéria, a Comissão Promotora entendeu organizar a assembleia constituinte da associação sindical, fazendo-o nos termos da lei e com a publicidade necessária.

João Amaral descreveu o que todos os que lêem os jornais conhecem:

A reacção governamental apareceu inesperadamente no próprio dia de realização da assembleia constituinte. Polícias prenderam polícias, levaram as urnas, impediram o exercício do direito. Obedecem a ordens. Que ordens?

O deputado do PCP refere um despacho emitido por um governador civil considerando «extemporânea e ilícita (...) a pretensão de instituir uma associação sindical dos elementos da PSP, que forçosamente teria de coadunar com a Lei de Defesa Nacional (...)» e responsabilizando «quaisquer actantes ou solidarizados com a Comissão Promotora pelo crime de desobediência se persistirem na referida violação»...

Depois de ironicamente equiparar o tal governador civil a «juiz da legislação em vigor» e «juiz do exercício da liberdade de associação e da liberdade sindical», o deputado comunista conclui:

Esta é que é, afinal, a questão.

Nada obriga, obviamente, o sr. ministro a gostar de associações sindicais de membros da polícia, que são perfeitamente constitucionais.

Nada obriga o sr. ministro a gostar da associação sindical em formação ou da sua comissão promotora ou deste ou daquele dos seus membros. Mas tem de cumprir a Constituição, goste ou não goste.

Esta proposta governamental é uma prepotência e uma ingerência.

O sr. ministro não pode transformar os seus gostos em critérios de conduta administrativa e política quando esses gostos contêm com os direitos dos cidadãos, com a competência dos tribunais e com os princípios do Estado democrático.

Obra de fancaria

Analisando a segunda questão — que queria o Governo com esta lei —, o deputado do PCP demonstrou que a pretensão governamental era realizar uma «obra de fancaria» no plano legislativo, visando levar a Assembleia a aceitar que o regime de restrição dos direitos referidos não caducou no termo de 6 meses — em Junho passado! — e que permanece em vigor.

Só que a Assembleia da República, sr. ministro, não pode fazer isso. Nem lhe pode dar a absolvição pelos pecados que cometeu, nem pode fazer o julgamento da assembleia constituinte do sindicato. Nem mesmo a maioria que aqui sustenta o Governo pode fazer passar aquilo que só compete aos tribunais. Nem o Governo, nem a sua maioria, podem violar o Artigo 18.º, n.º 3, da Constituição que proibe expressamente o efeito retroactivo das leis restritivas de direitos, liberdades e garantias.

Não haverá, porque não pode haver, desvio de poder. Poderão alguns ser tentados a discutir a questão de saber se, com o decurso do prazo, se mantêm ainda assim o regime de restrições. Da parte do Governo e da maioria, isso não pode deixar de ser denunciado como uma tentativa de influenciar as decisões dos tribunais, tentativa de todo inadmissível.

A pretensão do Governo passou na AR, com os votos favoráveis do PS, PSD e CDS. Manifestaram-se contra, todos os outros grupos. E, como disse João Amaral: O Sindicato da PSP, sabe-o toda a gente, é já uma realidade imparável, na consciência e na vontade dos seus membros. É ver o que se passou na Madeira, onde não chegou a mão do ministro da Administração Interna! E a verdade é que é mais fácil mandar o Governo embora do que impedir a formação do sindicato!

PCP

Os recentes atentados terroristas

1. Os rebentamentos de explosivos ocorridos esta madrugada, na sequência de outros atentados recentemente praticados, não podem deixar de ser considerados como sinal de um perigoso desenvolvimento de uma operação provocatória contra o movimento operário e as lutas dos trabalhadores no exclusivo interesse das forças reacçãoárias e da política de direita.

2. Trata-se, com toda a probabilidade, da repetição de uma manobra já muitas vezes desmascarada, mas para a qual é necessário alertar novamente.

Tal como em anteriores momentos da vida nacional, numa altura em que se regista uma considerável ampliação do descontentamento, do protesto e da luta popular é previsível que as forças reacçãoárias (através de grupos especiais ao seu serviço) busquem a criação de situações e a prática de actos que chocam justamente a opinião pública e cuja responsabilidade procuram depois, de formar velada ou explícita, atribuir aos trabalhadores, para desacreditar a sua luta e justificar o reforço de medidas repressivas contra o exercício dos direitos e liberdades democráticas.

3. Os trabalhadores e maioria do povo português conhecem sobejamente tais operações provocatórias e as orquestrações e aproveitamentos que se lhes costumam seguir. Sabem que, sem tais atentados, escasseariam os pretextos para que, ontem os governos da AD e hoje o governo PS/PSD, emitam comunicados onde torpemente se misturam no mesmo saco da «desestabilização» as lutas dos trabalhadores desenvolvidas no quadro constitucional e os atentados terroristas com o evidente objectivo de esconder que, na vida nacional, os principais factores de desestabilização resultam precisamente da política governamental.

Neste sentido, continua a ser inteiramente justo considerar que, para o apuramento das responsabilidades e envolvimento nas acções terroristas mantêm-se com um ponto de partida essencial a determinação das forças e interesses a quem aproveitaram tais atentados.

4. Com a intensificação de actos terroristas que, servindo a direita, procuram ostentar fachadas de «esquerda», ganha importância a responsabilidade cívica da comunicação social, designa-

damente da pertencente ao sector público.

Nesse sentido, constitui por exemplo matéria de urgente reflexão o facto de que, ainda recentemente, dois jornais estatizados não consideraram assunto de primeira página as grandiosas manifestações de 15 de Outubro mas concederam prontamente tal destaque aos atentados ocorridos no dia seguinte no Ministério do Trabalho. É igualmente muito significativo que, contrastando com o empolamento noticioso dado a atentados terroristas, sejam praticamente silenciadas as tomadas de posição condenatórias por parte das organizações de trabalhadores.

5. A experiência continua a confirmar plenamente que a violência de acções terroristas, quaisquer que sejam os alvos escolhidos e as fachadas com que falsamente se apresentem, só pode interessar às forças que conduzem hoje em Portugal um ofensiva de extrema violência e ilegalidade contra as condições de vida e os direitos fundamentais dos trabalhadores, o regime democrático e as suas conquistas.

QUEM AMEAÇA A PAZ

edições Avante!

Uma política de subserviência ao imperialismo norte-americano tem utilizado maciçamente a televisão, a rádio e muitos jornais como amplificadores da campanha de intoxicação ideológica, belicista e anti-soviética.

Torna-se imperioso divulgar os dados e os factos que permitem formular um juízo objectivo sobre a candente questão da Guerra e da Paz nos nossos dias.

Um livro em defesa da Paz e do desanuviamento e contra o aumento da tensão internacional



PCP

X Congresso do PCP: intensa actividade preparatória

Reuniões para debate das Teses e eleição dos delegados

Hoje

Lisboa — Reunião da célula da Quimigal (Lisboa) no CT de Alcântara, às 18 e 30; reunião da célula da OGFE, no CT de Alfama, às 18 e 30; reunião das organizações de freguesia do Castelo e de Santiago no CT da Graça, às 21 horas, e do Socorro, no mesmo Centro, às 21 e 30; reunião das células da Lusofarmaco, Codifar, Merck, Abecasis, Sandoz, U. Farmacéutica, Minosota, Le Petit, Paracelsa, Biofarmaco e Bayer Farma, no CT de Santos, às 18 horas; reunião da organização da freguesia de S. João (4.ª zona), na Junta de Freguesia local, às 21 horas; reunião da organização de S. João de Deus (4.ª zona), na Associação de Reformados de Lisboa, às 21 e 30; reunião das células do B.º Novo e Calhariz (5.ª zona), no CT de Sete Rios, às 21 horas; reunião da célula do B.º do Padre Cruz (Carnide), no salão do bairro, às 21 horas; reunião dos trabalhadores comunistas do Hotel Mundial e plenário do sector do Turismo do CLL, no CT Vitória; reunião da célula da EPNC, no CT Vitória, às 17 e 30.

Função Pública — Plenário da célula do MTC, no CT de Alfama, às 19.00; plenário da célula do MAP, no CT Alfama, às 19.00; plenário da célula do Mataradouro, no CT Alfama, às 18.00; plenário da célula do M. Cultura; plenário da célula do M.R. Administrativa; plenário do Secretariado da célula da Indústria, no CT da Previdência; plenário do Secretariado da Célula da Caixa dos Serviços, no CT da Previdência; plenário da célula da Caixa dos Serviços, no CT da Previdência; plenário das células dos Serviços Centrais de Segurança Social, no CT da Previdência.

Informação — reunião da célula do D. Lisboa, no CT Vitória, às 15.00, com António Abru, membro do CC do PCP; reunião da célula da RTP, no CT Vitória, às 21.30.

S. Intelectual — reunião do núcleo do T. Indep. C. Teatro, no CT Vitória, às 18.30; reunião da célula dos Escritores, no CT Vitória, às 21.00; reunião da célula de Cineclubistas, no CT Vitória às 18.30; reunião da célula de Ap. Estado — Artes e Letras, no CT Vitória, às 18.30; reunião de núcleos Soltos — Teatro, no CT Vitória, às 18.30; reunião do Ensino Primário, no CT Vitória, às 18.00; reunião da célula da Hidroprojecto — Quadros Técnicos, no CT Vitória, às 21.30; reunião da célula da Gerap — Quadros Técnicos, no CT Vitória, às 21.30.

S. Público — reunião da célula dos TLP-Norte, às 18.00; reunião do núcleo dos TLP-Loures, no CT Odivelas, às 21.00; reunião do núcleo dos TLP-A. Costa, no CT Vitória, às 18.30; reunião da célula da Marconi — S. Julião, no CT Alfama, às 16.30; reunião da célula da EPAL-Olivais, no CT Alfama, às 18.00; reunião da célula dos CTT's-Cabo Ruivo, nos Olivais, às 18.15; reunião da célula dos CTT's-EDL, na Ajuda, às 18.00; reunião da célula dos CTT's-DGI, no CT Vitória, às 18.00.

S. Saúde — reunião da célula do Hospital de Santa Maria, no CT Vitória, às 21 horas; reunião da célula da Escola de Enfermagem C. Gulbenkian, no CT Vitória, às 21 horas; reunião da célula do Hospital dos Capuchos, no CT Vitória, às 17.00; reunião da célula do Hospital de Santa Marta, no CT Vitória, às 17.00; reunião da célula do Hospital Curry Cabral, no CT Vitória, às 17.00; reunião da célula do Hospital Egas Moniz, no CT Vitória, às 17.00; reunião da célula do Hospital M. Bombarda, no CT Vitória, às 17.00; reunião da célula da Mat. Alfredo da Costa, no CT Vitória, às 17.00; reunião da célula do

Hospital Júlio de Matos, no CT Vitória, às 21.00; reunião da célula do Hospital Pulido Valente, no CT Lumiar, às 21.00 horas.

Seguros — reunião da célula da C.S. Tranquilidade, no CT Vitória, às 17.30.

S. Sindical — 2 reuniões de activistas sindicais.

SIP/DORL — reunião com gráficos, no CT Vitória, às 21 horas.

S. Transportes — reunião do Secretariado da célula da AGPL, no CT Santos, às 18.15; reunião da célula da RN/Centro Transitário, no CT Alfama, às 18.30; reunião do núcleo da Carris — Santo Amaro/Boa Hora, no CT A. Serpa, às 18.00; reunião do núcleo da CP-Santa Apolónia, no CT Alfama, às 18.00; reunião do núcleo da CP-Rosário, no CT Vitória, às 18.00; reunião da célula da TAP, no CT A. Serpa, às 18.00; reunião do núcleo da noite da célula da Autocopp, no CT A. Serpa, às 18.30 horas.

Vila Franca de Xira — Plenário de militantes da Zona 1 e 3, no CT de V.F.X., às 21.00; reunião da Comissão Local de Alpiate — Vialonga, em Alpiate-Vialonga, às 21.00; reunião da Comissão Local de Morgado, no Morgado-Vialonga, às 21.00 horas.

Sintra — reunião de célula da local e empresas de Queluz, no CT Queluz, às 18.30; reunião de célula de Bairro — Queluz, no CT Queluz, às 21.30; reunião da célula da CM e AM, no CT Cacém, às 21.30.

Loures — reunião de bairro — Ponte de Frielas, às 21.00; reunião de empresas da Pontinha, no CT da Pontinha, às 18.30; reunião em Cabeço de Montachique, às 17.00; reunião em Pinheiro de Loures, às 21.00; reunião do Secretariado do C. Local da Bobadela, na Bobadela; reunião dos reformados de Sacavém, em Sacavém.

Amadora — reunião da organização da Falagueira — Venda Nova, no CT Amadora, às 21.30; reunião da organização do Bairro do Bosque, no CT Amadora, às 21.30; reunião da célula da Cometa, no CT Amadora, às 18.30.

Alenquer — reunião da organização local, na Torre Carregado, às 21.30 h; reunião da organização local, em Casais Brancos, às 21.00.

Azambuja — Plenário de militantes da freguesia de Aveiras de Cima, em Aveiras de Cima, às 21.00.

Torres Vedras — reunião de activistas sindicais e professores, no CT de T. Vedras, às 18.30; reunião da organização de Varatojo, em Varatojo, às 21.00; reunião da organização de Monte Redondo, às 21.00.

Cascais — reunião da célula do Estoril Sol, no Estoril, às 21.00; reunião da célula da Rebelva, em Carcavelos, às 21.30.

Caldas da Rainha — Reunião da Comissão Concelhia de Caldas da Rainha, no Centro de Trabalho do Partido, às 21 e 30.

Carregueiros (Tomar) — Reunião de militantes comunistas em Carregueiros, às 20 e 30.

Entroncamento — Reunião de mulheres, no CT do Partido, às 20 horas.

Palmela — plenário da célula da Cometa.

Sines — reuniões das células da A. Velga e J. de Freguesia, organismo dos reformados e Comissão Local do Bairro de S. Pedro.

Setúbal — reunião para comerciantes, no CT de Setúbal, às 21 horas.

Feira (distrito de Aveiro) — reunião do secretariado da Comissão Concelhia da Feira, no CT, às 21 e 30.

Águeda — reunião da Comissão Concelhia de

Águeda, no CT, às 21 horas.

Ovar — reunião da célula da Toyota, no CT de Ovar, às 17 horas.

Aveiro — reunião da célula da Portucel, às 17 e 45.

Espinho — plenário da organização da Freguesia de Paranhos, na casa de Lurdes, às 21 e 30.

Amanhã (6.ª-feira)

Lisboa — Reunião das organizações de freguesia da Sê e da Madalena, no CT de Alfama, às 21 horas; reunião do núcleo da Carris — Santo Amaro/Boa Hora, no CT A. Serpa, às 18.00; reunião do núcleo da CP-Santa Apolónia, no CT Alfama, às 18.00; reunião do núcleo da CP-Rosário, no CT Vitória, às 18.00; reunião da célula da TAP, no CT A. Serpa, às 18.00; reunião do núcleo da noite da célula da Autocopp, no CT A. Serpa, às 18.30 horas.

Bancários — reunião da célula do BPSM, no CT do Chiado, às 17.30; reunião da célula do BFB, no CT Vitória, às 17.30.

F. Pública — reunião da célula do M. Justiça, no CT Alfama, às 18.30; reunião da célula do MNE, no CT de Alfama; reunião do organismo dos vogais, no CT da Previdência.

S. Público — Reunião da célula dos CTT's — Restauradores, no CT Vitória, às 12.30.

Saúde — reunião da célula do Hospital de S. José, no CT Vitória, às 17.00; reunião da célula do Hospital do Desterro, às 17.00; reunião da célula do Hospital de Arroios, às 17.00; reunião da célula dos Serviços Médico-Sociais, às 21.00, no CT Vitória; reunião de concelhos limítrofes, no CT Vitória, às 21.00; reunião da célula do CT Sindical Enfermeiros, no CT Vitória, às 21.00 horas.

S. Sindical — 2 reuniões de activistas sindicais.

SIP/DORL — reunião da célula do Fado de Abril e GIC, no CT Vitória, às 21.00.

Transportes — Reunião da célula da Aviação Estrangeira, no CT Vitória, às 18.00; reunião do núcleo da Carris-Arco do Cego, no CT A. Serpa, às 18.00; reunião do núcleo da Carris-Musgueira, no CT A. Serpa, às 18.00 horas.

Vila Franca de Xira — reunião da Comissão Local da Loja Nova — V.F.Xira, em V.F.Xira, às 21.00; reunião do organismo do mov. popular, no CT de V.F.Xira, às 21.00.

Sintra — reunião da C. Local de Pêro Pinheiro, em Montelavar, às 21.00; reunião de células de empresas de Algueirão, às 18.30; reunião da Zona Rural de Rio de Mouro, em Rio de Mouro, às 21.30 horas.

Loures — reunião da célula da Ucal, às 18.00; reunião do Bairro Fanqueiro, às 21.00; reunião em Santo António dos Cavaleiros, às 21.00; reunião da organiz. do Bairro Arroja, na Arroja, às 16.00; reunião da organiz. do Bairro das Patameiras, nas Patameiras, Odivelas, às 16.00; reunião da organização da Zona do Falcão, no Centro de Trabalho da Pontinha, às 21.00; reunião da organização da Mealhada, na Mealhada, às 21.00; reunião da organiz. do Fanqueiro, às 21.00; reunião da organiz. de Santo António dos Cavaleiros, às 21.00; reunião da organiz. de Santo António do Tojal, às 21.00; reunião da organização do Freixial, às 21.00; plenários de «Dispersos», em Santa Iria da Azóia, reunião da célula da Fima, em Santa Iria da Azóia.

Oeiras — Reunião da freguesia de Paço de Arcos, no CT de Paço de Arcos, às 21.30.

Alenquer — reunião da C. Local, no Pereiro, às 21.00; reunião da freguesia de Cadafais, no Carregado, às 21 horas.

Azambuja — Plenário de militantes, em Vale Paraíso, às 21.00.

Mafra — reunião no Milharado — S. Estêvão, às 21.00.

Sobral — Reunião de Zona — Almagrem, às 21 horas.

Torres Vedras — reunião de célula dos CTT, União R. Torreense, no CT T. Vedras, às 18.30; reunião do Maxial, às 21.00; reunião do Turcifal e Freira, às 21.00; reunião da organização de Zibreira, Almatra e Matacães, às 20.30 horas.

Carnaxide — reunião da organização de Carnaxide, às 21.30.

Cascais — reunião da célula de Sasseiros, em Carcavelos, às 21.30; Plenário da freguesia de Cascais, no CT de Cascais, às 21.30; Plenário da célula da Standard, no CT de Cascais, às 15.30; Plenário de células de Bairros de Tires, Vinhas, Covelas, no CT de Tires, às 21.00; Plenário da freguesia de Alcáideche, no CT de Cascais, às 21.30.

Setúbal — reunião da organização da freguesia de Sta. Maria, no CT de Setúbal, às 21 horas; reuniões das células da Portucel, INAPA, Litografia Sado, Parel e Oleos Vegetais de Sta. Catarina, no CT de Setúbal, às 20 horas; reunião da célula do Bairro Afonso Costa; reunião da célula da EDP.

Sines — reuniões das células da A. Municipal e A. Freguesia e Comissões Locais de Brescos e B.º de Maio.

Moita — plenários de militantes comunistas de Vinhas das Pedras (Alhos Vedros) e de Sarilhos Pequenos, no CT local; das zonas norte e sul da Moita, no CT da vila; e da Estrela Moitense, no CT da Baixa da Banheira — todos às 21 horas; para reformados, no CT da Moita, às 16 horas.

Palmela — plenários das organizações de Pinhal Novo, Bregos do Assa e Bairro Alentejano.

Almada — Reunião dos camaradas do sector de manutenção geral do Arsenal do Alfeite; plenário da organização da Costa da Caparica; reunião do sector dos carpinteiros do Arsenal do Alfeite; reunião da Comissão Local de Cacilhas; plenários da Comissão Local da Charneca, das Barrocas (Cova da Piedade) e Comissão Local do Laranjeiro.

Aveiro — reunião da organização de professores no CT de Aveiro, às 21 e 30.

Águeda — reunião do organismo de deficientes no CT de Águeda, às 21 horas.

Ílhavo — reunião da organização de Ílhavo, no CT local, às 21 e 30.

Trofa (Águeda) — reunião da organização de Trofa, às 21 horas.

Anadia — reunião da célula da Sachs, no CT de Anadia, às 21 horas.

Espinho — plenário do sector de serviços no CT de Espinho, às 21 e 30; plenário da freguesia de Anta, na casa de Loureiro, às 21 e 30.

Feira — reunião da SIP no CT da Feira, às 21 e 30; reunião da organização de Sanfins, às 21 e 30; reunião da organização de Nogueira da Regedoura, à mesma hora.

Castelo de Paiva — reunião da organização de freguesia de Fornos, às 21 e 30.

Oliveira de Azeite — reunião da organização de Pinheiro da Bemposta, às 21 horas.

Sever do Vouga — reunião da organização de Pessegueiro do Vouga, às 21 horas.

V. Nova da Barquinha — Reunião de militantes do concelho de Vila Nova da Barquinha (distrito de Santarém), no CT local, às 21 horas.

Almeirim — Reunião da célula dos trabalhadores comunistas da Compal, no CT de Almeirim, às 20 horas.

Coruche — Reunião da célula dos trabalhadores comunistas da Câmara Municipal de Coruche, às 18 horas.

Alpiarça — Reunião de seareiros, na Casa do Povo de Alpiarça, às 21 horas.

Viana do Castelo — Reuniões das organizações de Santa Maria Maior, no CT de Viana; de Afife e Carreço, no Casino de Afife; de Santa Marta e Perre, na sede da Junta de S. Marta; e da célula dos trabalhadores comunistas dos Estaleiros Navais de Viana, no Centro de Trabalho do Partido — todas estas reuniões têm início marcado para as 21 e 30. Ainda no distrito de Viana estão previstas reuniões do Partido em Caminha e Vila Nova de Cerveira (ambas às 16 horas) e em Ponte da Barca (21 e 30).

Braga — Reunião da organização de S. Vicente, no Centro de Trabalho de Braga, às 21 horas.

Barcelos — Reunião das organizações de Barcelinhos e de S. Martinho/Vila Frescaína, no Centro de Trabalho de Barcelos, às 21 e 30.

Caldas da Rainha — Reunião do sector cerâmico, no Centro de Trabalho, às 21 e 30.

Lagos — Sessão de esclarecimento no Salão dos Artistas, às 21 e 30.

Porto — Reunião da organização de Azevedo (Campanhã), na escola Lagarteiro, às 21 e 30.

Paredes (distrito do Porto) — reunião da organização de Recarel, na escola primária da Portela, às 21 horas.

Lousada — reunião dos comunistas da zona da Aparecida, na escola primária, às 21 horas.

Penafiel — reunião da organização da zona de Pedreiras/Boelhe, na escola primária, às 21 horas.

Porto — reunião de célula do Hospital de S. António, no Centro de Trabalho da Boavista, às 21 e 30; reunião da organização dos órgãos de Informação, no CT da Boavista, às 21 e 30; reunião das células de empresas metalúrgicas e ramo automóvel da cidade do Porto, no CT da Boavista, às 21 horas.

Maia — reunião das organizações de Nogueira, na escola primária do Barroso, e da zona da vila, na escola primária da Maia, ambas às 21 horas.

Gondomar — reunião da organização de Valbom, na Associação Luz e Vida, às 21 e 30.

Matosinhos — reunião da organização de S. Cruz do Bispo, na garagem de Adriano Marques, às 21 e 30.

Sábado (dia 19)

Lisboa — Reunião da organização da freguesia de Santa Engrácia, no CT da Graça, às 15 horas; plenário da célula dos trabalhadores comunistas da Guérin, no CT da Duque de Loulé, às 14 e 30; reunião das células das Redes de Pesca, Belém Naval, Repençado e Bengala, Novo Rumo, Eugénio e Severino, Construções Mecánicas e Luxex no CT de Belém, às 15 horas; assembleia da célula da Paia (Brandoa), no Centro de Trabalho da Brandoa, às 15 horas.

S. Intelectual — Plenário de Zona-Secundário-Professores, no CT Ama-

dora, às 15.00; Plenário de Zona-Secundário-Professores, no CT Odivelas, às 15.00; plenário de Zona-Secundário-Professores, no CT Vitória, às 15.00; reunião da organiz. sindical dos Professores, no CT Vitória, às 09.30; reunião do ensino especial-Professores, no CT Vitória, às 21.30.

S. Público — Reunião dos CTT's — Cabo Ruivo, no CT Alfama.

SIP/DORL — Reunião Coordenadora das SIP's, no CT Vitória, às 14.30.

S. Transportes — Reunião do núcleo da Carris-Pontinha, no CT de Benfca, às 18.00; plenário do Sector 2: Tráfego/Estiva/Conferentes, no CT Alfama, às 10.00 horas.

Loures — reunião da Zona de Santa Maria, no CT da Serra da Luz — Pontinha, às 15.00; reunião do organismo de reformados da Pontinha, no CT da Pontinha, às 15.00; reunião da Zona Centro de Caneças, no CT de Caneças, às 21.00; plenário da organização da Póvoa, no Salão da Junta de Freguesia, às 09.30; plenário da organização de Fanhões, às 16.00; plenário da organização de S. João da Talha, em S. J. Talha; reunião da organiz. das Colectividades, no CT da Bobadela; reunião da organiz. de 3 bairros de Camarate, em Camarate; plenário de organiz. de mulheres de Sacavém, em Sacavém; reunião do Bar e Fundos de Sacavém, em Sacavém; plenário em Moscavide.

Sintra — Plenário da freguesia de Montelavar, às 21.00; plenário das células de bairro do Algueirão, às 21.30, no Algueirão; plenário das células de bairro do Algueirão, no Algueirão, às 16.00; reunião de diversos organismos de Queluz, às 21.30, em Queluz; Plenário da freguesia de Almargem do Bispo, às 21.30; Plenário da freguesia do Cacém, às 16.00, no CT Cacém; reunião das células da Tabaqueira e Portucel, em Rio de Mouro, às 15.00; reunião da organização de Belas, às 21.00, em Belas; reunião da freguesia de Colares, em Colares, às 21.00.

Amadora — Plenário de militantes da freguesia da Mina, no CT Amadora, às 15.00; Plenário de militantes da Rebeloira, na Rebeloira, às 16.00; Plenário de militantes da célula da Paia, no CT Brandoa; Plenário de mulheres, no CT Amadora, às 16.00 horas.

Azambuja — Plenário de militantes do Baixo Concelho — Azambuja, às 21.00.

Sobral — Reunião da C. Local de Pêro Negro, às 21.00.

T. Vedras — reunião da organiz. de Bairros do Forte e Floresta, na Floresta, às 21.00; reunião da organiz. da Silveira, às 21.00; reunião da organiz. da Ventosa, às 21.00; reunião da organiz. de S. Pedro da Cadreira, às 21.00; reunião da organiz. do lugar de Carreiras, às 20.30 horas.

Cascais — reunião das células de empresa de S. Domingos de Rana, em Trajouce, às 15.00; plenário da freguesia da Parede, na Parede, às 21.30; reunião da célula de Outeiro de Polima, em Outeiro de Polima, às 15.00; reunião da célula do Bairro da Mina, no Bairro da Mina, às 21.00.

Porto — reunião da célula dos CTT/TLP, no Centro de Trabalho da Boavista, às 10 horas; reunião das organizações da CP, RV e TAP, no CT da Boavista, às 15 horas; reunião da célula do Hospital S. João, no CT da Boavista, às 15 horas; reuniões das organizações do Comércio e de outros sectores de serviços, no CT da Rua do Almada, ambas às 15 horas

Matosinhos — reunião das comissões da zona da Biquinha, Cruz de Pau, Carcavelos, Tarrafal e células da BPM e Leveduras, no liceu de Matosinhos, às 15 horas; reunião

de trabalhadores comunistas das empresas metalúrgicas de S. Mamede de Infesta, no CT local, às 15 horas, e das células da Monteiro Ribas e Alvo, no Flor de Infesta, às 21 e 30.

Paredes — reunião das organizações de Vandoma, Rebordosa, Gandra, Baltar e Astromil, no armazém de móveis Gaspar, às 15 horas.

Felgueiras — reunião de militantes na Casa do Povo, às 15 horas.

Penafiel — reunião de militantes da zona de Recesinhos/Castelões, na escola primária, às 21 horas.

Maia — reuniões das organizações de Aguas Santas, nos Leais de Pedrouços, às 15 horas; de Gueifães, na escola primária, às 15 horas; da zona interior, na escola primária de Gondim, às 15 horas; e das células de empresas, à mesma hora, no CT da Areeosa.

Gondomar — reuniões das organizações de Fanzeres, no CT local, às 15 horas; e de S. Cosme, na Junta de Freguesia, à mesma hora.

Valongo — reunião de militantes comunistas do Campo, mineiros, Cifa e Sobrado, no CT do Campo, às 21 horas.

Santo Tirso — Reunião das células de Hortas, Flor do Campo, Soffil e José Machado Almeida, na escola primária de S. Martinho do Campo, às 16 e 30.

Porto — Reunião da organização da Estação (Campanhã), na escola de Noeda, às 21 e 30; reunião do organismo dos gráficos, no CT da Boavista; da Via Rápida, no CT da Boavista; da freguesia de Lordelo, na Junta, às 21 e 30; da freguesia de Aldoar, na junta, às 15 e 30; da freguesia de Nevogilde, no CT da Boavista, às 21 e 30.

Porto — Assembleia de célula da Sundlete e E.T. de Leite, Unicer e organização local de Leça do Balio, na escola primária de Araújo, às 21 horas.

Ovar — Plenário da freguesia de Ovar, no CT de Ovar, às 21 e 30.

Aveiro — Reunião da Comissão Concelhia de Aveiro, no CT, às 15 horas.

Mealhada — Plenário concelhio na Mealhada, no CT, às 21 horas.

Espinho — Plenários de células de empresas no CT de Espinho, às 21 e 30.

S. João da Madeira — Reunião da Comissão Distrital de Autarquias no Centro de Trabalho de S. João da Madeira, às 15 horas.

Oliveira de Azeite — Reunião da organização de S. Tiago de Riba Ul, às 21 horas.

Braga — Reunião dos comunistas de Nogueira, Fraião, Nogueira, Tenões, Este S. Pedro, Arcos, Este S. Mamede, Pedralva e Lamações, na Junta de Freguesia de Nogueira, às 21 horas; reunião das células dos trabalhadores comunistas dos Serviços Municipalizados e TUB, no CT de Braga, às 15 horas.

Vieira do Minho — Reunião de militantes comunistas de Vieira, na escola primária da vila, às 14 horas.

Fafe — Reunião das organizações da Vila de Fafe e do concelho de Cabeceiras de Basto, na Escola Secundária de Fafe, às 15 horas.

V. Nova de Famalicão — Reunião da organização de Riba d'Ave, na Junta de Freguesia local, às 11 horas; reunião das células da Têxtil Manuel Gonçalves, Riopelo e Somoel, no CT de Famalicão, às 16 e 30.

Guimarães — Reunião da organização da zona urbana de Guimarães e das células da Bernardina Jordão e da Ferreira das Neves, na Escola Secundária Francisco de Ho-

landa, às 15 e 30; reunião da organização de Creixomil, no Centro de Trabalho de Guimarães, às 16 horas.

Barcelos — Reunião das organizações da cidade de Barcelos e de Arcozelo no CT de Barcelos, às 21 e 30.

Viana do Castelo — Reunião da organização da zona das Neves, nas instalações da Cooperativa Alma Nova, às 21 e 30; reunião da célula da Portucel, no Centro de Trabalho de Viana, às 15 horas.

Amadora — reunião da célula dos Cabos Ávila, no CT Amadora, às 10.00.

Alenquer — Reunião da C. Local de Barbas — Aldeia Galega, às 16.00; reunião da organiz. de Ota-Abrigada, no CT da Abrigada, às 15.00 horas.

Azambuja — Plenário de militantes da freguesia de Aveiras de Baixo, em Av. Baixo, às 17.00.

Cascais — reunião da célula da SIPE, no CT de Tires, às 15.00; reunião da Ass. Ed. Popular — Zambujal, às 10.00 horas.

Caldas da Rainha — reunião da organização da freguesia de S. Gregório, às 18 horas.

Viana do Castelo — reunião da organização das freguesias rurais da zona de Santa Maria, na Junta de Freguesia, às 21 e 30; reunião da organização das freguesias rurais da zona de Darque, na Junta de freguesia, às 10 horas.

Braga — reunião das células metalúrgicas de Braga, no CT do Partido, às 9 e 30.

Terras do Bouro (distrito de Braga) — reunião da comunista, na escola primária de Rio Caldo, às 10 horas.

V. N. de Famalicão — reunião da organização da zona de Ribeirão, na escola primária de Santa Ana, às 10 horas.

Guimarães — reunião da organização da zona de Feivém e células da Lopes Correia, TARR e Joaquim Coelho Lima, na escola primária de Feivém, às 9 horas.

Santo Tirso — Reuniões das organizações de Vila das Aves, S. Tomé de Negrois, Rebordões, Roziz e das células da Rio de Vizela, Fiatece e M. A. Silva no CT do Barreiro, às 15 horas; reunião das células do Arco, Teles, Figueiredo e Maia, M. Monteiro e Costa, Silveiras e Araújo e Gonçalves, no CT de Santo Tirso, às 15 horas.

V. Nova de Gaia — reunião da célula da UTIC no Centro de Trabalho de Vila Nova de Gaia, às 10 horas.

Matosinhos — reunião do organismo têxtil, no CT da Senhora da Hora, às 15 horas.

Setúbal — reunião do sector da construção civil, no CT de Setúbal.

Sesimbra — reunião conjunta da freguesia do Castelo e de várias organizações.

Sines — reuniões do organismo dos pescadores e Comissão Local de Fonte Moura.

Aveiro — plenário de militantes comunistas de Logueira do Cravo, na Junta, às 9 e 30; reunião da organização de Cacia a casa de José Miranda, em Sarrazola, às 10 horas; reunião das organizações de Ângela/S. João de Loureiro de S. Jorge (em casa de Alberto); de Argoncilheira E. Cardoso); de Filões (na escola do Inhecas); de João de Ver (no CT da Vila); das pequenas freguesias (no CT da Feira); da freguesia de Valega — todas com início às 10 horas.

Vale de Cavalos — reunião de mulheres, no salão da Junta, em Vale de Cavalos, às 16 horas.

Entroncamento — sessão-debate sobre Paz e Desarmamento, no salão da Câmara Municipal do Entroncamento, às 15 e 30, com o jornalista José Goulão.

Segunda-feira (dia 21)

Lisboa — reunião dos comunistas dos Anjos, no CT da Graça, às 21 e 30; dos trabalhadores das Construções Técnicas e do Conde Barão, no CT de Santos, às 19 e 30; da freguesia da Encarnação, no CT da Providência, às 21 horas; reunião do colectivo das autarquias (5.ª zona da CLL) no Centro de Trabalho de Sete Rios, às 21 horas; reunião da SIP do LL, no Centro Vitória, às 11 horas; reunião de trabalhadores comunistas das cooperativas gráficas — 4.ª zona, no Largo Trindade Coelho, 9-1.ª, às 19 horas.

S. Público — reunião da célula da MARC-Carna-

xide; reunião da célula da EPAC; reunião da célula da EPAL-Q. Técnicos, no CT Alfama, às 21.00; reunião da célula da EDP-José Malhoa, no CT de Sete Rios, às 12.00; reunião da SIP-S. Público, no CT Alfama, às 19.00.

Transportes — reunião do Secretariado da célula da Transtejo, no CT Almada, às 18.30 horas.

F. Pública — reunião da célula da DOM-MIE, no CT Alfama, às 19.00.

Informação — reunião da célula da Revista "Mulheres", às 09.00; reunião do núcleo de jornalistas da RTP e vários, no CT Vitória, às 21.30; reunião das células do DN, Cap., DP, e Desporto, no CT Vitória, às 21.30; reunião da célula da RDP, no CT Vitória, às 21.30.

S. Intelectual — reunião da célula dos juristas, no CT Vitória, às 21.30.

Bancários — reunião da célula do BPA, no CT Vitória, às 17.30; reunião da célula do CPP/BBI, no CT Chiado, às 17.30; reunião da célula do BP/Monteiro/Fomento B. Estrangeiros, no CT Chiado, às 17.30 horas.

Oeiras — reunião das células de empresas J. Santos, Impremate, Iberfar, Colarte, Johoson, no CT Amadora, às 18.30.

Sobral M. Agraço — Reunião do C. Local de Martim Afonso, às 21.00.

Torres Vedras — Reunião da organiz. de F. Grada P. Icol/Pedrolha, em F. Grada-T. Vedras, às 21.00; reunião da organiz. de Paul, no Paul, às 21.00; Plenário de célula da Casa Hipólito, no CT T. Vedras, às 18.30.

Terça-feira (dia 22)

Lisboa — reunião de trabalhadores comunistas da Profarim, J. Esteves, Cordoaria, FILJAIP e EPI, no CT de Alcântara, às 18 e 30.

Função Pública — reunião do núcleo do MT, no CT de Alfama; plenário do MEC, no CT Alfama, às 19.00; reunião de núcleos do LNEC; reunião do Secret. da célula da Cx. de Serviços, no CT da Providência; reunião da célula da Misericórdia, no CT da Providência.

Informação — reunião da célula da Anop, no CT Vitória, às 18.30; reunião com amigos do Partido, no CT Vitória, às 21.30; reunião da célula de "o diário", às 10.00.

Intelectual — reunião da célula de Artistas Plásticos, no CT Vitória, às 21.00; reunião da célula dos cantores, no CT Vitória, às 21.00; plenário da organização dos Professores do Ensino Superior, no CT Vitória, às 21.30 horas.

S. Público — reunião do núcleo dos TLP-Trindade/Restelo, no CT Bancários, às 18.00.

Seguros — reunião da célula da Mundial/Estrangeiros, no CT Chiado, às 17.30; reunião da célula da Fidelidade, Cosec/Ins, no CT Chiado, às 17.30; reunião de amigos do Partido, no CT Chiado, às 17.30 horas.

Torres Vedras — reunião das organiz. de Damão, Fundação, Foreste, Dois Portos, no CT de T. Vedras, às 18.30; reunião da célula de trab. Municipais, no CT T. Vedras, às 18.30; reunião da organiz. de Orjaria, em Orjaria, às 21.00; reunião da organiz. de Boavista, em Boavista, às 21.00; reunião da organiz. da Serra de S. Julião, Carv., Carvel, às 21.00.

Loures — plenários das células de Sores, Corame, Cavam e MEC, em Santa Iria da Azóia; reunião da célula da Lever, em Sacavém.

Vila Franca de Xira — plenário das zonas 1, 2 e 3, de Vialonga, no CT de Vialonga, às 21.00; plenário da Zona 4 de Vialonga, no CT de Vialonga, às 21.00; reunião da C. Local de A-dos-Bispos, em Vila F. Xira, às 21.00 horas.

Alpiarça — reunião da célula dos trabalhadores comunistas da Câmara Municipal, no CT de Alpiarça, às 17 e 30; reunião da célula da Construção Civil, no mesmo CT, às 20 e 30.

Campanha de fundos no concelho de Almada

1500 contos até ao início de 1984

Aproxima-se a quadra do Natal e do fim do ano, momento em que as organizações do Partido costumam reforçar os apelos à ajuda financeira dos militantes, simpatizantes e amigos do PCP, ajuda essa que é fundamental para o desenvolvimento da acção das organizações em defesa dos interesses da classe operária e das populações trabalhadoras.

Além da quadra do Natal e do início do novo ano, o mês de Dezembro é mês de Congresso para os comunistas portugueses. E é nesta perspectiva que a Comissão Concelhia de Almada decidiu levar a cabo uma grande recolha de fundos, iniciada a 15 de Outubro e terminando a 20 de Janeiro de 1984.

A campanha dos camaradas de Almada tem como meta 1500 contos e está a ser encarada com acentuado espírito de iniciativa e empenho militante em todo o concelho, com vista à ultrapassagem das metas sectoriais que foram estabelecidas.

Alhos Vedros e Baixa da Banheira — Assembleias com êxito!

No mesmo dia, à mesma hora: foi assim, no passado domingo, dia 13, em Alhos Vedros e na Baixa da Banheira, no Concelho da Moita — os comunistas organizados naquelas freguesias levaram a cabo, respectivamente, as 1.ª e 2.ª Assembleias das Organizações locais. A primeira decorreu no Antigo Mercado e a segunda nos "Alentejanos".

Já durante a semana que as antecedeu, as faixas erguidas ao longo das estradas e das ruas fizeram destas Assembleias acontecimentos a que não puderam ficar alheias as populações ali residentes.

Ambas foram marcadas por um número muito significativo de participantes, na base de delegados e convidados, que asseguraram um vastíssimo conjunto de intervenções, quer de carácter colectivo (os relacionamentos de organismos), quer individuais.

De entre as resoluções sobre organização, destacaram-se duas propostas específicas sobre os Pioneiros e as Mulheres, oriundas das comissões para estas frentes.

Uma moção sobre a luta das trabalhadoras da Gafa foi aprovada tanto na Baixa da Banheira como em Alhos Vedros; nesta última, salientou-se ainda uma moção sobre os problemas da saúde e da segurança social, exigindo medidas adequadas, dentro do espírito da Constituição, por parte do Governo e outras instituições distritais responsáveis pelo sector.

Estas Assembleias aprovaram saudações ao X Congresso do PCP e apontaram metas organizativas próprias com vista ao imediato reforço do Partido no concelho.

Um clima de fraternidade e entusiasmo rodeou a eleição das Comissões de Freguesia de Alhos Vedros e Baixa da Banheira, agora alargadas a mais mulheres e jovens.

De entre as resoluções sobre organização, destacaram-se duas propostas específicas sobre os Pioneiros e as Mulheres, oriundas das comissões para estas frentes.

Uma moção sobre a luta das trabalhadoras da Gafa foi aprovada tanto na Baixa da Banheira como em Alhos Vedros; nesta última, salientou-se ainda uma moção sobre os problemas da saúde e da segurança social, exigindo medidas adequadas, dentro do espírito da Constituição, por parte do Governo e outras instituições distritais responsáveis pelo sector.

Estas Assembleias aprovaram saudações ao X Congresso do PCP e apontaram metas organizativas próprias com vista ao imediato reforço do Partido no concelho.

Terra



Reunindo mais de sete mil agricultores provenientes de todos os distritos do País, o III Encontro demonstrou que os homens do campo estão unidos e organizados em torno da defesa dos seus legítimos interesses e direitos

600 organizações da lavoura no Encontro da CNA

Exigida nova política agrícola

A aprovação de um caderno de reclamações de 13 pontos onde se contemplam, entre outras, questões ligadas à comercialização e preço dos produtos agrícolas; à política de crédito, seguros e subsídios para fomento e segurança na produção; à mecanização da agricultura; ao efectivo pecuário; ao arrendamento rural, baldios e cooperativismo, constituiu inequivocamente um dos momentos altos do III Encontro das Organizações da Lavoura e dos Agricultores de Portugal/Assembleia Geral da CNA, realizado no passado domingo, em Coimbra.

Aos trabalhos assistiram mais de sete mil agricultores provenientes de todo o País, incluindo Açores e Madeira, e fizeram-se representar 600 organizações da lavoura, designadamente 91 cooperativas, 104 ligas, uniões e outras associações dos agricultores, 133 casas do povo, 178 conselhos directivos de baldios (CDB's), 34 mútuas de gado e 60 organizações diversas como sejam o MARN, MAPRU, comissões de crédito agrícola, seareiros de Almeirim, etc.

Tão elevado número de presenças — enchendo por completo as cadeiras, galerias e bancadas do vasto Pavilhão dos Olivais naquela cidade — colóca o III Encontro como a maior assembleia de agricultores e suas organizações até hoje realizada em Portugal.

Segundo os promotores da iniciativa — de quem parte esta opinião que aliás é comungada por quantos tiveram ensaio de assistir aos trabalhos — tal importância deve-se não apenas a tão expressivo número, mas também à cobertura nacional conseguida (pela primeira vez estiveram todos os distritos sem excepção) e à diversidade e representatividade das organizações presentes, característica esta que se viria a reflectir, afinal, na composição da Direcção e do Conselho Nacional eleitos no decorrer do Encontro.

Reforço de organização

Ainda a propósito de números, recorde-se que o I Encontro da CNA em 1978, contou com a presença de 251 organizações, valor que subiu para 472 no II Encontro realizado há três anos, e que agora se viu largamente ultrapassado, atingindo as 600. Naturalmente, tais números representam uma evolução significativa que atesta bem o alargamento da organização e o reforço da influência da CNA junto dos agricultores.

Uma posição a que não é alheia certamente a correcção das suas posições ao

longo destes anos, a independência e autonomia da sua acção, não entrando em jogos partidários, cumprindo sempre aquilo que diz fazer.

Mas voltando aos trabalhos, refira-se como nota saliente a quantidade de intervenções produzidas, em número de várias dezenas, na sua quase totalidade, de improviso, imprimindo uma grande vivacidade ao debate e evidenciando excelentes oradores e um vasto núcleo de dirigentes do movimento camponês. Denotando um conhecimento sério dos problemas, os oradores levaram a tribuna do Encontro as suas queixas pela situação de abandono a que os sucessivos governos têm votado a agricultura e a sua falta de diálogo social.

Cresem as dificuldades

Manifestações de grande descontentamento puderam ser ouvidas pela situação do gado (como o dramático deopimento de uma mulher de Cantanhede que se viu na contingência de abater, devido à doença, as 18 cabeças de gado leiteiro que possuía), pelos constantes aumentos dos factores de produção, pelas dificuldades na venda dos produtos, pela ausência de medidas no combate às calamidades como a seca e as doenças do gado, enfim, pelo estrangulamento da agricultura, situação que leva a que os industriais e intermediários continuem a enriquecer e os agricultores a caminhar para a ruína.

Evidenciando um prestígio que ultrapassa largamente as nossas fronteiras refira-se ainda a presença no Encontro da CNA de representantes de organizações congéneres estrangeiras, designadamente da Associazione Nazionale Cooperative Agricole, de Itália, da Union des Exploitants Agricoles, da Bélgica, da União de Ajuda Mútua Camponesa da RDA; da COAG de Espanha; e do Conselho Central das Cooperativas da Hungria.

Constituindo matéria de debate ao longo do Encontro

reivindicou, por outro lado, a rápida concretização das obras hidroagrícolas em curso; a recuperação dos perímetros existentes; o lançamento de novas obras de rega, drenagem e enxugo; o apoio técnico às associações de regantes; o apoio técnico e financeiro para obras de captação e reserva de águas e para a aquisição de motores e equipamento de regas.

Salvar o efectivo pecuário

Uma das preocupações que dominou grande parte das intervenções proferidas no último domingo em Coimbra foi justamente a questão do efectivo pecuário nacional. A este respeito o documento final reclama a criação de uma comissão nacional de emergência com a participação de todos os interessados para discutir, propor e acompanhar a execução das medidas necessárias «à salvaguarda do efectivo pecuário nacional»; ao combate sem tréguas ao «criminoso contrabando de gado»; o apoio técnico e financeiro à produção de pastagens a de forragens; a garantia de compra pela JNPP de todo o gado que os agricultores precisem de vender.

O comércio externo e o Mercado Comum, a lei do arrendamento rural, a formação profissional e o apoio à velhice, os baldios, o escoamento das madeiras e a defesa da floresta, as taxas e impostos e o associativismo, foram outros tantos temas que estiveram presentes ao longo do debate e que estão contidos no documento de reclamações aprovado no final do Encontro.

Um Encontro que veio demonstrar o crescimento e reforço das organizações da lavoura, veio consolidar o sentimento de unidade existente nos agricultores, que cada vez mais se assumem como uma classe unida, consciente e combativa.

A gravidade da situação da agricultura é hoje uma evidência que ninguém pode escamotear. Com as suas propostas construtivas, o III Encontro da CNA constituiu uma importante achega para a resolução dos problemas da hora presente. Ao mesmo tempo, o Encontro de Coimbra deu um importante passo no fortalecimento da organização e abriu caminho para o prosseguimento da luta contra a miséria e ruína, por uma agricultura próspera e moderna.



"Portugal pode produzir a sua própria alimentação se a agricultura for efectivamente apoiada e modernizada", reafirmaram os agricultores na proclamação aprovada no final dos trabalhos

Poder local

Seminário da revista «Poder Local» sobre o pacote autárquico

O Poder Local em perigo: como este governo, nem a "AD"!

Perplexidade, inquietação e revolta e um inofensível espírito de luta marcaram, no sábado passado, o ambiente geral e as mais de trinta intervenções produzidas durante o seminário promovido pela revista «Poder Local» sobre a alteração do regime legal das autarquias e o Orçamento do Estado para 1984. Como se sabe, (v. «Avante!» de 27 de Outubro passado) o Governo pediu e obteve em tempo, da sua maioria na AR, uma autorização legislativa para seis domínios fundamentais da organização e estrutura do Poder Local. Tais materiais são, por imperativo constitucional, de votação obrigatória na especialidade pelo Plenário da Assembleia, como lembrou Anselmo Anibal na intervenção de abertura do seminário. O que, para este Governo, parece de facto não ser óbice: elaborou duas dessas propostas de lei, levou-as pela mão dos governadores civis, há vinte dias, ao conhecimento dos presidentes de Câmaras, e permite-se elaborar uma lei do OE em que os seus preceitos aí são dados como factos consumados!

Trata-se, nem mais nem menos, de duas questões fundamentais para o Poder Local: as Finanças Locais, por um lado, cuja lei, em vigor é no essencial subvertida, e a delimitação de «actuações da administração central, regional e local em matéria de investimentos», um saco de ilegalidades e ambiguidades — tudo pretensamente imbuído de «espírito profundamente inovatório e descentralizador».

Assim, naturalmente, o seminário ocupar-se-ia fundamentalmente destes dois diplomas, e os elementos trazidos à discussão autorizam plenamente a classificação que lhes foi sendo dada: inconstitucionais, ilegais, atentatórios da autonomia e asfixiantes do Poder Local, discriminatórios.

Um terceiro facto «consumado» cairia como uma bomba no início do seminário: ali trazido por deputados do PCP que

o haviam recebido na antevéspera na AR, um papel passava de mão em mão dando finalmente a conhecer as dotações orçamentais propostas pelo Governo para cada concelho em 1984. Presidentes de Câmaras, vereadores e outros eleitos, técnicos e trabalhadores das autarquias presentes no seminário, maioritariamente APU, tinham a confirmação da costumeira e previsível discriminação. «E no entanto — como diria Luís Sá na intervenção final — é um princípio democrático elementar não penalizar as populações pelas suas escolhas eleitorais».

Nas páginas do Suplemento deste «Avante!» aí estão os números, o concelho a concelho — os que são propostos para o ano que vem, os do ano corrente e a sua variação percentual.

A interpretação não pode ser linear — até porque lá se encontram as excepções que servem para confirmar a regra. No entanto, há uma conclusão geral, demonstrada ao longo de numerosas intervenções durante o seminário: ressaltados os «sacos azuis» retomados pela

«AD» e que continuam a estar devidamente previstos, todas as autarquias serão prejudicadas. Como dizia Francisco Bruno Soares numa intervenção sobre o OE e as Finanças Locais, do ponto de vista da aplicação integral da actual Lei de Finanças Locais, pela qual (para despesas correntes e de capital) as autarquias deveriam receber cerca de 133,9 milhões de contos e sendo-lhes atribuídos, de facto, apenas 51,5 milhões de contos, o esbulho é evidente: mais de 82 milhões de contos, isto é, 61%. Mas o Governo congeminou um novo critério nesta «sua» Lei de Finanças Locais, reduziu para menos de metade o montante sobre o qual deve incidir a percentagem a transferir para as autarquias, reduziu de um «inofensivo» 1% essa percentagem — e obtem a verba recorde de 51,5 milhões de contos!

Continua Bruno Soares: «Mas se compararmos este montante com os 46,5 milhões de contos que as autarquias recebem em 1983, correspondendo às mesmas atribuições e competências, constatamos que o aumento de recursos financeiros previsto é apenas de 5 milhões de contos, ou seja, cerca de 10,8% das verbas de 1983. Conclui-se, portanto, que o aumento proposto pelo Governo não chega para cobrir sequer metade da inflação entretanto verificada, a qual deve rondar os 30% (29% já oficializados de Outubro/82 a Outubro/83)».

Mas há por outro lado a transferência de 26,5 milhões de contos para «novas competências dos municípios» que permite à sra. secretária de Estado afirmar, juntando tudo no mesmo bolo, que «jamais tanto dinheiro foi transferido para as autarquias». A questão foi objecto de numerosas intervenções — e todas concordantes na afirmação de que não se trata de novas competências mas de novas atribuições. Ou, correntemente, de novos encargos: com a acção social escolar e o ensino primário (admitindo-se que aí se inclua a responsabilidade dos investimentos e conservação de escolas primárias e postos escolares), e designadamente com os professores e outros trabalhadores afectos a este grau de ensino.

Uma maçã envenenada para municípios e professores

É, tanto quanto se sabe, uma verba «para tal» inscrita

no orçamento do Ministério da Educação (que vai ser distribuída da mesma forma que os 51,5 milhões de contos de transferências correntes e de capital?) e que é com certeza, exígua: como afirmou Vasco Graça, da Federação Nacional dos Professores, «se compararmos as despesas do Ministério da Educação ao longo dos últimos anos, constatamos que os 10,6% propostos para 1984 são os valores mais baixos desde 1970 (12%) e muito inferiores aos 18,4% orçamentados em 1975 ou aos 16,4% em 1976».

«A opção do Governo em matéria educativa está feita, acrescentaria. É um caminho negro para o ensino, com pesadíssimas consequências para dezenas de milhares de professores, largas centenas de milhares de crianças e jovens e milhões de cidadãos portugueses». Por isso, temendo as consequências, o Governo alija responsabilidades: «o projecto de delimitação de competências em matéria educativa e a sua concretização no Orçamento do Estado de 1984 é a maçã envenenada que o Governo quer obrigar os municípios a pagar».

No que respeita a alijar responsabilidades e a inventar bodes expiatórios o Governo revela-se aliás hábil malabarista — em matérias de incidências gravíssimas no que por exemplo diz respeito a transportes urbanos e suburbanos, por cujas indemnizações compensatórias à exploração os municípios passariam a ser responsáveis, mediante a cobrança de uma taxa à empresa transportadora. Segundo Rego Mendes, em intervenção no seminário, o que o Governo pretende é libertar o Orçamento do Estado de boa parte do encargo de 10 milhões de contos com o sector de transportes, atirando com o ódio (mais uma vez...) para as autarquias — isso, além do intrínseco que seria estabelecer responsabilidades em relação a transportes que servem vários municípios. E será que por exemplo em Lisboa — perguntava Rui Godinho — tem o Governo a intenção de considerar o Metropolitano e a Carris empresas municipais com o argumento de que as Câmaras passarão a cobrar a tal taxa municipal de transportes?

Dos transportes passar-se-á (é do projecto-lei) às residências e alojamentos para estudantes, à construção de hospitais e centros de saúde, ao equipamento escolar e ao pagamento de professores —



tudo isto, ainda segundo lembrou Rui Godinho, previsto na delimitação de competências. Não é que as autarquias democráticas o rejeitem, mas é no mínimo surrealista pensá-lo com estes orçamentos...

Voltaremos obrigatoriamente a algumas das intervenções feitas no seminário. Pela sua importância e pela sua actualidade destacáramos as de Daniel Branco e José Veloso sobre a reunião preparatória na Curia, do Congresso (que se pretende constituir) da Associação Nacional de Municípios,

a de Alfredo Graça sobre o Turismo no pacote autárquico, e uma intervenção que vai merecer desta, que em próximo número do «Avante!»: a história emocionante do que a APU em S. Pedro da Cova tem podido fazer com a população e para a população.

Publicamos no entanto uma grande parte da intervenção final de Luís Sá, trabalhada também sobre o conjunto das restantes intervenções e segundo a perspectiva que tem sido

sempre a da revista Poder Local: a perspectiva das necessidades, interesses e anseios das populações.

Em nome da revista, Luís Sá agradeceu a contribuição de todos e agradeceu, de forma especial, à Academia de Santo Amaro, que prontamente abriu as suas portas à realização do seminário. Em contraste com o LNEC, onde os anteriores seminários da revista se realizaram: seria ali possível, sim, «se o MAI patrocinasse»...

O saco-azul no Poder

Na intervenção de encerramento pronunciada no Seminário, Luís Sá, director da revista «Poder Local», começou por levantar uma questão que, sendo naturalmente do interesse directo e imediato de todas as autarquias, levanta, por outro lado, questões sobre a concepção de exercício do poder do Governo PS/PSD que nem pelo facto de não serem surpreendentes deixam de ser inquietantes.

Em síntese, foi chamada a atenção para o facto de que o Governo fez uma atribuição de verbas para as autarquias que, para além das brutais restrições e encargos impostos pelo Orçamento de Estado de 1984:

- 1.º — foi feita em função de uma lei que não está aprovada nem, evidentemente promulgada — isto é, não existe;
- 2.º — de uma lei que não foi discutida em parte alguma e muito menos pelas autarquias;
- 3.º — de uma lei que por enquanto é projecto no qual se definem critérios para atribuição de verbas às autarquias (diferentes dos até agora existentes) que não estão nem explicitados nem quantificados. Deu isto em consequência que as verbas atribuídas às autarquias,

e que o «Avante!» publica hoje em primeira mão, foram recentemente levadas ao conhecimento dos deputados, com a chancela do gabinete do secretário da Administração Autárquica, sem que ninguém pudesse saber à luz de que critérios tal distribuição foi feita, donde, se é justa ou injusta, correcta ou incorrecta, ou sequer se corresponde à lei — uma vez que a lei não existe! E o projecto de lei que o MAI entretanto elabora e a partir do qual (em evidente atropelo de tudo quanto se pode supor de funcionamento legal) a distribuição foi feita, diz que não se sabe quantos por cento (o número está em branco!) serão atribuídos, por exemplo, em função «do turismo»! Turismo, como? Se há ou se não há? Se há muito ou se há pouco? Um concelho com muito turismo recebe mais ou recebe menos? E por aí fora.

É evidente que já na distribuição deste ano se verificam fenómenos como o de que os concelhos do Distrito de Beja recebem nominalmente mais 12% que no ano anterior, os de Évora mais 9% e os de Setúbal mais 8% — enquanto os do Algarve recebem mais 20%; escusado é dizer que a esmagadora maioria das

câmaras dos três primeiros são de presidência APU e as algarvias maioritariamente PS...

Mas o essencial da questão é que o Governo aplicou agora a lei desta forma e poderá amanhã aplicá-la de outra, conforme quiser e os seus interesses e intenções ditarem porque não há forma de exercer o mínimo controlo uma vez que não existem critérios definidos, claros e quantificados. A lei que o Governo pretende fazer (e que legalmente já aplicou antes de existir) permitir-lhe-á, pela sua indefinição e vagueza, fazer o que quiser, interpretá-la como entender. Não há normas, não há regras, não há princípios claros para todos, do Governo às autarquias: há normas de que o Governo faz o que quer porque fica com a faca e o queijo na mão.

Disso são vítimas hoje as autarquias APU, e o amanhã serão vítimas todas aquelas que o Governo entender — porque a «lei» assim o permite.

Não é a democracia: é a governamentalização. Não é a legalidade: é o compadrio. Não é a honestidade: é o saco azul. Não é a clareza: é a conspiração de gabinete. Não é Portugal de Abril: é o Governo PS/PSD.

Um novo «Terreiro do Paço»?

«... E a única coisa que faço questão de acrescentar é que é preciso dar publicidade urgente a tudo o que aqui foi dito!»

Aquele cidadão evidentemente angustiado, vindo do distrito de Aveiro, não devia saber então (como aliás nenhum dos que ali estava) que seria o único eleito do PPD a intervir no seminário sobre o pacote anti-autárquico do Governo organizado pela revista Poder Local, e um dos poucos eleitos pelos partidos da actual coligação ali presentes. Há-os, por esse País fora, altamente angustiadíssimos por não saberem, como este, agora que os prazos legais estão prestes a esgotar-se, que Planos e Orçamentos vão elaborar e submeter às Assembleias: onde os meios, que verbas, que obrigações lhes é imposto que satisfaçam? Mas poucos têm por enquanto a coragem de destoar publicamente de uma governamentalização

-partidarização opressiva que se parece demasiado com a dos tempos da ditadura. Como dizia o mesmo eleito do PPD para um pequeno grupo de participantes, «será que estamos à beira de um novo Terreiro do Paço?»

A tentativa do PS/PPD de fazer marcha atrás — até «ao Terreiro do Paço»? — nas profundas alterações democráticas que o 25 de Abril introduziu na vida nacional, continuadas ainda em períodos de clara ofensiva contra-revolucionária (e vem a propósito citar uma lei histórica, justamente a Lei das Finanças Locais, que foi promulgada em 2 de Janeiro de 1979) — essa tentativa não vai ser pacífica nem vai ser vitoriosa.

É o carácter muito específico do Poder Local, que diferentemente de muitas outras conquistas de Revolução — a Reforma Agrária, o controlo de gestão, medidas de fundo vitais para Portugal no caminho do de-

envolvimento e do bem estar geral mas que, imediatamente, servem a classe operária, as classes trabalhadoras — o Poder Local, de facto, que beneficia todos os estratos e camadas da população, e concita o apoio de gente de todas as classes e quadrantes políticos.

São os 60 e muitos mil eleitos — e pertencem a partidos da direita ou a «este» PS não é necessariamente (nem maioritariamente) ser corrupto, homem ou mulher de-duas-caras ou sabujo.

São os índices da contestação que já começou nas próprias fileiras da direita entre os seus eleitos nas autarquias, como foi o caso na reunião da Comissão organizadora do Congresso constitutivo da Associação Nacional de Municípios.

É finalmente o povo português, que não dá de barato, e está a demonstrá-lo todos os dias, nenhuma das suas conquistas!

E ver-se-á!

As principais críticas

1. As leis essenciais que regulam o Poder Local devem ser sempre debatidas e aprovadas na Assembleia da República. Este princípio justifica-se porque, sendo o Poder Local um pilar do regime democrático, constitui um sector importante do aparelho de Estado e as decisões que lhe dizem respeito têm um importante papel nas condições de vida da população. Acresce que uma das leis que o Governo pretende aprovar contém matéria de incidência eleitoral (prorrogação do mandato com o consequente adiamento das eleições autárquicas, número de membros dos órgãos e regime de eleições suplementares), sobre a qual nem sequer com uma alteração legislativa o Governo pode legislar. Assim, lamentamos e protestamos contra o novo passo no esvaziamento do papel da Assembleia da República e na adulteração da vida democrática que representa a subtração do pacote autárquico ao debate parlamentar.

2. Na revisão da «Lei das autarquias» merece uma especial atenção:
— O adiamento das eleições autárquicas, prolongando antedemocraticamente um mandato que o voto popular só conferiu por três anos;
— A redução do número de membros dos órgãos autárquicos, que limitaria seriamente a democraticidade, pluralismo e participação popular do Poder Local;
— O esbulho dos baldios aos povos;
— A limitação dos direitos das Comissões de Moradores face ao Poder Local;
— A redução do papel das Assembleias;
— O reforço do presidencialismo.

3. Na revisão da «Lei das autarquias» merece especial atenção:
— A consagração legal dos esbulhos de verbas a que sucessivos Governos e maiorias parlamentares sujeitaram o Poder Local;
— A não fixação de um montante mínimo da participação das autarquias nas despesas públicas, colocando-as na inteira dependência dos governos e das flutuações das maiorias parlamentares e impossibilitando o planeamento e programação da actividade autárquica;
— A viciação, irracionalidade e subjectivismo dos critérios de distribuição e a restauração de formas arbitrárias, burocráticas e humilhantes de distribuição de verbas, conduzindo à restauração parcial das romarias de mão estendida, a pedir a esmola do subsídio ou da comparticipação;
— A sujeição, aliás inconstitucional, do recurso ao crédito à aprovação prévia do Governo;
— A asfixia financeira das freguesias;
— A imposição aos municípios do pagamento das despesas de outras entidades, com os distritos e órgãos periféricos do sector de turismo dependentes do Governo.

4. Na revisão da «Lei de Finanças Locais» merece especial atenção:
— A consagração legal dos esbulhos de verbas a que sucessivos Governos e maiorias parlamentares sujeitaram o Poder Local;
— A não fixação de um montante mínimo da participação das autarquias nas despesas públicas, colocando-as na inteira dependência dos governos e das flutuações das maiorias parlamentares e impossibilitando o planeamento e programação da actividade autárquica;
— A viciação, irracionalidade e subjectivismo dos critérios de distribuição e a restauração de formas arbitrárias, burocráticas e humilhantes de distribuição de verbas, conduzindo à restauração parcial das romarias de mão estendida, a pedir a esmola do subsídio ou da comparticipação;
— A sujeição, aliás inconstitucional, do recurso ao crédito à aprovação prévia do Governo;
— A asfixia financeira das freguesias;
— A imposição aos municípios do pagamento das despesas de outras entidades, com os distritos e órgãos periféricos do sector de turismo dependentes do Governo.

5. Na delimitação de responsabilidades da Administração Central e Local no domínio dos investimentos, rejeitamos em especial as seguintes orientações essenciais:

— Transferência de encargos com pagamento a professores e a outros trabalhadores que não são seleccionados e recrutados e cuja actividade não é orientada pelas autarquias;

— Dependência das transferências de parte das novas responsabilidades e recursos para as autarquias do Orçamento do Estado de cada ano (o que impossibilita o planeamento) ou de protocolos assinados com cada autarquia, com a consequente possibilidade de favores e desfavores;

— possibilidade de interferências no exercício das atribuições do Poder Local e de fomento de actividades paralelas às autarquias, a pretexto do apoio por entidades públicas centrais a entidades particulares controladas pela direita;

— Transferência exclusiva de investimentos em obras públicas e de encargos de pessoal, omitindo as actividades económicas e socioculturais.

6. Na revisão do regime de tutela impõe-se combater:
— A consagração de qualquer forma de tutela que não seja meramente de apreciação da legalidade dos actos das autarquias e posterior à sua prática;

— A possibilidade de dissolução de órgãos autárquicos por decisão política do Governo e o estabelecimento da inelegibilidade dos membros dos órgãos dissolvidos.

7. Na revisão do regime dos serviços das autarquias impõe-se combater:
— A criação de novos espartilhos que limitem a autonomia autárquica na criação, estruturação e reorganização de serviços e gestão do seu pessoal;
— A transferência de pessoal da Administração Central para as autarquias sem o acordo destas e dos trabalhadores envolvidos.

8. Na definição do regime e composição dos órgãos da Associação Nacional de Municípios impõe-se combater, antes de mais, a própria ideia do Governo legislador sobre tal matéria. Acreditamos que os municípios serão capazes de criar uma Associação de direito privado para troca de experiências e de pontos de vista sobre problemas comuns, sem ingerências do Governo, que seriam nefastas e inquietariam à partida a criação da Associação Nacional de Municípios.

A alternativa por que lutamos

Estas críticas e observações aos projectos do Governo não significam que não haja medidas a tomar, no quadro de uma política de defesa e reforço da autonomia e da capacidade de actuação do Poder Local. De entre todas, destacamos:

- Transferência para os municípios das verbas a que têm direito segundo a lei de finanças locais vigente e de acordo com critérios de justiça e racionalidade;
- Revogação de todas as normas que estabelecem formas arbitrárias e discriminatórias de distribuição de verbas (sedes de juntas, investimentos intermunicipais ou programas de desenvolvimento regional...) ou que impõem encargos aos municípios que se traduzem em novas formas de esbulho de verbas (serviços periféricos de turismo dependentes do Governo, serviços distritais, encargos de cobrança de impostos que reverterem para o município);
- Reforço da verba mínima que as freguesias têm direito a receber dos municípios, defesa e alargamento da sua esfera de responsabilidades próprias;
- Cumprimento da obrigação de estabelecer linhas de crédito com juros bonificados e sem dependência de aprovação tutelar;
- Transferência de novas responsabilidades e verdadeiros poderes correspondentes ao acréscimo de verbas recebidas em vez de meros encargos com pagamento de pessoal, concretizando-se a descentralização do planeamento urbanístico, da política de solos e da declaração de utilidade pública, sem dependência de regulamentos que poderão esvaziar a descentralização;

• Consagração da possibilidade de as assembleias dos municípios e freguesias determinarem o número de membros a tempo inteiro nos respectivos executivos e colocação de todos os órgãos locais de turismo sob dependência das respectivas Câmaras;

• Revogação das normas restritivas do Código Administrativo sobre serviços autárquicos e serviços municipalizados, consagrando a autonomia das autarquias em matéria de serviços e gestão de pessoal;

• Cumprimento do imperativo constitucional de extinguir o «Quadro Geral Administrativo dos serviços externos do MAI», pondo termo à absurda situação que é existir pessoal que trabalha dentro e ao serviço das autarquias mas depende da Administração Central;

• Revogação das normas inconstitucionais ainda vigentes que estabelecem a necessidade de aprovação prévia de actos das autarquias consagrando o princípio de que a tutela sobre o Poder Local só pode ser inspectiva e que a dissolução de órgãos autárquicos só pode efectuar-se devido a ilegalidades graves (envolvendo dolo) judicialmente reconhecidas;

• Reestruturação dos tribunais administrativos de modo a tornar mais pronto, eficaz e célere o recurso à justiça administrativa;

• Adaptação das estruturas da Administração Central, eliminando as actividades burocráticas, de ingerência e bloqueamento da acção das autarquias, e incrementando as actividades de normalização, regulamentação, especificação, investigação e desenvolvimento e o apoio técnico e administrativo às autarquias;

• Elaboração de um código de Poder Local que condense e sistematize toda a legislação essencial sobre autarquias, revogando e substituindo o que resta do Código Administrativo de Marcelo Caetano.

A alternativa é viável

Tem-se dito, porém, que não seria realista ou viável, em situação de crise, preconizar o cumprimento da Lei de Finanças Locais em vigor e, em geral, o reforço dos meios e da capacidade de investimento das autarquias. Nós dizemos que é exactamente para sair da crise que é necessário descentralizar e cumprir a legislação vigente, em particular a Lei das Finanças Locais. E isto por três razões fundamentais:

Em primeiro lugar temos dito desde sempre que a transferência de mais recursos financeiros deve ser acompanhada de novas responsabilidades; trata-se assim de mudar a entidade gastadora das verbas e não de aumentar o montante total dos gastos públicos pelo que, globalmente, o défice orçamental não teria qualquer acréscimo apreciable.

Em segundo lugar, as autarquias, com a participação popular que favorecem, devido à proximidade das populações e com a fiscalização mais directa que permitem, garantem em geral maior eficácia e produtividade e menores hipóteses de corrupção do que se os investimentos continuarem a cargo da Administração Central, o que significa que fazem mais com o mesmo dinheiro.

Em terceiro lugar, os cortes nos investimentos que estão, ou que se prevê que virão a estar no futuro, a cargo das autarquias são em geral injustificados porque o Poder Local investe em sectores essenciais para as condições de vida das populações. Acresce que, sendo o desequilíbrio das contas com o exterior o nosso principal problema, os investimentos a cargo das autarquias não exigem importações significativas de bens de equipamento. Finalmente os cortes têm grandes incidências no emprego e na situação de fornecedores, empreiteiros, projectistas e consultores.

Reforçar o Poder Local é um passo para conseguir o essencial para a saída da crise: mobilizar as populações, e em primeiro lugar os trabalhadores, mobilizar as nossas potencialidades e recursos.

Em vez disso, o Governo apostou em limitar a democraticidade, reduzir a autonomia, cortar recursos e aumentar os encargos, as ingerências, as imposições e as dificuldades das autarquias e das populações. O compromisso assumido na Carta de Intenções envia-

da pelo Governo ao FMI de «vigiar atentamente as finanças das autarquias», e de lhes impor a obrigação, aliás inconstitucional, de «apresentar pontualmente relatórios trimestrais ao Governo Central», espelha a incapacidade de adaptação de que aponta a Constituição, atesta o desrespeito descarado pela autonomia autárquica constitucionalmente consagrada, testemunha uma inadmissível incompreensão dos limites de acção do Governo face ao Poder Local.

O sentido essencial das alterações ao regime legal das autarquias que o Governo tem em curso é assim globalmente muito negativo. As autarquias e os sectores de investimento a seu cargo tornam-se assim uma das grandes vítimas da política monetarista e de restrição dos recursos dos mais pobres e carenciados. Não é de estranhar que esta política de corte de verbas e reforço de encargos, esta política de transferir para as autarquias o ódio pelo corte de despesas essenciais venha acompanhada de restrições à democraticidade e pluralismo, ao reforço da dependência e da possibilidade de favores e desfavores. Das reclamações do Poder Local só foram atendidas — se vierem efectivamente a ser — as que dizem respeito à transferência de poderes no domínio do urbanismo e política de solos. Em compensação, os aspectos do pacote legislativo anti-autárquico da AD que maiores objeções suscitaram às autarquias foram agora retomados pelo actual Governo.

Como gerir as autarquias apesar da incerteza e da crise?

Uma questão se coloca a todas as autarquias face à política e às intenções do Governo: que tarefas se colocam, que orientações adoptar. É um problema a decidir por cada órgão autárquico dentro das suas competências. Permitimo-nos porém chamar a atenção para algumas preocupações essenciais que julgamos que não podem deixar de estar presentes nesta situação:

- Informar eficazmente sobre a situação e os seus responsáveis de modo a evitar que as autarquias assumam o ódio pelas maiores dificuldades para as populações.
- Estimular o reforço de participação popular na definição de prioridades e opções e na própria resolução dos problemas, base imprescindível da maior capacidade de realização autárquica sobretudo numa situação de crise;
- Comprimir radicalmente as despesas e procurar formas de aumentar as receitas, designadamente negociando contrapartidas com os loteadores, os promotores ou os beneficiários de certos melhoramentos;
- Estimular a mobilização à iniciativa e à sugestão dos trabalhadores municipais, com o propósito de reduzir gastos, racionalizar procedimentos e aumentar a produtividade;
- Reorganizar serviços, tendo em conta a necessidade de racionalização e poupança de recursos e os novos encargos que as autarquias terão que assumir por imposição legal;
- Desenvolver o associativismo e a cooperação intermunicipal como forma de rentabilizar e aproveitar plenamente os meios humanos e técnicos existentes, evitar a aquisição de novos meios, diminuir os custos das obras e realizações;
- Aperfeiçoar os planos, orçamentos e a contabilidade, tornando-os verdadeiros instrumentos de gestão autárquica, pelo menos a partir do conhecimento exacto das verbas que caberão a cada autarquia nos termos do Orçamento do Estado e da correspondente revisão dos planos e orçamentos das autarquias que se irá impor.
- É um caminho de luta, de tenacidade, persistência e competência, pelo qual o Poder Local democrático foi conquistado.
- Do mesmo modo será defendido

(da intervenção final de Luís Sá, director da Revista «Poder Local»)

Nacional

Hoje, por todo o País

ROUBO DO 13.º MÊS SUSCITA PROTESTO NACIONAL

● FUNÇÃO PÚBLICA MARCA MANIFESTAÇÃO PARA DIA 24

- É indispensável contribuir para a criação de condições que levem à anulação da cobrança do imposto extraordinário, que se pode considerar um roubo, através do desconto nos salários
- Os trabalhadores podem e devem opor-se a qualquer tentativa, da parte do patronato, Governo e gestores, para descontar o imposto dos 28 por cento nos salários
- Ainda que a Assembleia da República não inutilize a aplicação do «extra», a luta prosseguirá
- Adverte a CGTP-IN: «Não ao roubo dos salários e do 13.º mês»

Nunca antes se coordenaram tantas e variadas formas de luta como para os objectivos da jornada de hoje. Desde a mais pequena sessão de esclarecimento à grande manifestação, incluindo paralizações, concentrações, «meetings» e plenários, unem-se as acções de massas no seguimento das lutas em empresas e sectores de actividade, com objectivos muito precisos, que exigem e vão exigir muita mobilização e firmeza. A CGTP-IN, que promove a jornada de hoje, afirma que «o objectivo fundamental a atingir é o de que a lei (do «extra») não venha a ter aplicação prática. Que não haja liquidação e cobrança do imposto». Que não haja roubo do subsídio de Natal. Mas não só. Hoje, mais de 120 mil trabalhadores e trabalhadoras têm salários em atraso. Milhares e milhares de famílias passam por grandes privações. E há fome.

«Perante tal imposto — que mais propriamente se deverá chamar roubo — a CGTP-IN assume uma atitude fundamental: deve ser pura e simplesmente revogada a lei que o criou. Mas os trabalhadores não ignoram — acrescenta a Central — que, frustrada pela atitude desqualificada e cúmplice do Tribunal Constitucional, a declaração de inconstitucionalidade dessa lei não será de esperar». Não será de esperar que o Governo, o primeiro responsável por ela, «acete facilmente emendar o erro que cometeu». Assim, o êxito da jornada de hoje depende principalmente

da luta dos trabalhadores. Não se trata só de «exprimir um protesto vigoroso», sublinha a CGTP. As acções a decorrer devem conduzir à «anulação da cobrança do imposto através do desconto nos salários». E isso independentemente dos «processos jurídicos que venham a ser adoptados», frisa ainda a Central.

No dia da discussão Por estar prevista para o próximo dia 24 a discussão na generalidade do Orçamento do Estado na Assembleia da República a Frente Comum dos Sindicatos convocou para esse

NÃO AO ROUBO DO 13.º MÊS

dia uma manifestação em apoio das negociações dos salários e restante matéria da contratação colectiva. Mas a Frente participa e apoia, ao mesmo tempo, a semelhança do que aconteceu com todo o movimento sindical unitário, a jornada de hoje e os seus objectivos, que interessam a todos os sectores da actividade. Vinha a público entretanto a data da próxima sessão do julgamento dos 23 dirigentes sindicais da Frente, detidos no dia 8 durante a vigília recente da residência oficial do Primeiro-Ministro. Foi marcada para o próximo dia 22.

MÍNIMOS NACIONAIS Por novos salários e novas pensões

Salários mínimos nacionais de 16 500 escudos para a indústria e os serviços, de 14 000 escudos para a agricultura e de 10 750 escudos para o serviço doméstico são reivindicados pela CGTP. Através do seu Conselho Nacional, a Inter propõe que essa actualização entre em vigor no próximo dia um.

Os novos quantitativos das pensões devem corresponder a 55 por cento dos mínimos salariais agora propostos pela CGTP.

Dívidas de 65 milhões

A Central, que refere o «já baixíssimo nível de vida» dos trabalhadores abrangidos por aqueles salários e pensões, denuncia a passividade, e mesmo complicitade do Governo, perante as dívidas do patro-

nato à Segurança Social, que atinge já «os 65 milhões de contos», aumentando «à média de um milhão de contos por mês». A gravidade da situação é sublinhada pela Inter, que responsabiliza o Governo pela falta de fundos — argumento com o qual o mesmo Governo tenta «justificar a reconhecida insuficiência das pensões mínimas». Estas variam actualmente entre os 3 900 e os 5 500 escudos, condenando-se assim à miséria uma das camadas mais desfavorecidas da população.

«O escandaloso absentismo» do dr. Martins CONFERÊNCIA MÉDICA NO DIA 26

O dr. Gentil Martins, presidente da Ordem dos Médicos, não fundamentando declarações recentes da sua lavra, tentou desviar a opinião pública dos interesses próprios da classe a que pertence e referiu-se em termos abstractos ao escandaloso absentismo dos portugueses.

O dr. Gentil Martins, presidente da Ordem dos Médicos, citadas pela Inter, esse nível desceu ultimamente para 3,4 — «num estudo que não inclui a agricultura, a silvicultura, a Administração Pública e os serviços domésticos».

Comenta ainda a CGTP: «Sem estruturas de apoio à família, sem terem onde deixar os filhos, sem terem quem cuide de familiares doentes», os

Conferência no dia 26

De iniciativa sindical (médicos do Norte, Centro e Sul), uma conferência no Instituto de Higiene e Medicina Tropical reúne-se no próximo dia 26 em Lisboa. O objectivo principal é a análise do estatuto do trabalho no sector da clínica geral.

PANORÂMICA DAS LUTAS

Diversidade e coordenação

● Objectivos firmes, necessários, comuns

A Função Pública, com um extenso calendário de lutas e uma vigília interrompida à força; os professores, integrados com os restantes Sindicatos na Frente Comum da FP nas acções e iniciativas pelo direito à negociação colectiva; grande número de trabalhadores sem salários na luta por direitos vitais contra o desemprego e o encerramento de empresas, combatem juntos um Governo que parece ter perdido, até, a «bola» do senso comum mais ruim. Em traços gerais, é um panorama sombrio a que responde diariamente um conjunto muito firme de acções, protestos e lutas pelos postos de trabalho, pela estabilidade do emprego, contra a vertigem do custo de vida, o pacote dos impostos, o pacote laboral. Diversidade e coordenação caracterizam a breve panorâmica que vai a seguir:

Função Pública — A serem julgados na segunda-feira, 23 dirigentes sindicais da Frente Comum de Sindicatos da Administração Central, Regional e Local, detidos no dia 9, de madrugada e à tarde, em frente à residência oficial do Primeiro-Ministro, que se recusou a recebê-los. Grande número de provas de solidariedade e apoio concreto do movimento sindical, de representantes do grupo parlamentar do PCP na Assembleia da República, e também de dezenas de Sindicatos de diversos ramos de actividade acompanharam

aquela forma de luta pela negociação colectiva que o Governo recusa sem fundamento legal. No dia anterior à prisão dos dirigentes, aquela Frente Comum apresentava as conclusões do Encontro sobre a Negociação Colectiva na Função Pública. «Os elementos essenciais ao pleno usufruto dos direitos sindicais na Administração Pública, como em qualquer outro sector de actividade», como refere o Encontro, são os seguintes: o direito de organização; a garantia do direito de iniciar negociações com o empregador

público numa base de plena igualdade; o direito de concluir acordos ou convenções colectivas; o direito à greve e a qualquer outra acção sindical; o acesso a um mecanismo imparcial de superação dos diferendos, em caso de fracasso das negociações ou de violação dos direitos sindicais pelas autoridades. As conclusões, que embora não exaustivas, são extensas e importantes, servirão de apoio à continuação da luta e aqui serão referidas com mais destaque noutra oportunidade.

Metalúrgicos — Este sector (metalurgia e metalomecânica) é dos mais afectados, juntamente com os vidreiros e os têxteis, pelos atrasos nos pagamentos dos salários e pela ameaça de muitos despedimentos. Numa resolução político-sindical aprovada há cerca de uma semana numa assembleia de delegados sindicais metalúrgicos no Barreiro, afirma-se que «a fome e a miséria instala-se em milhares de casas de família». Empresas como a Lisnave, Mompur, Ormis, Sorefame, Ficol, Mecânica Setubalense, Ima, Movau-

to, SRN (Sociedade de Reparação de Navios), Parry, CPP (Companhia Portuguesa de Pescas), Imperex, Tonus, Eni, Metalúrgica Gaivota, Batista Russo, António A. Ferreira, Metalúrgica Alentejana, Casa Capucho, Cooperadora, Equipmetal, Setenave (nesta já se recebe, mas com algum atraso) têm dívidas de salários e outras remunerações. O boicote ao CCTV (contrato) é denunciado mais uma vez pelos trabalhadores. No entanto, depois de prolongada luta, incluindo a greve, as negociações continuavam no último fim-de-semana.

Banca — A Comissão Coordenadora das CTs das Empresas do Sector Bancário divulgou um documento que designou por «Alternativa para o Sector Bancário». Recusando a entrega ao sector monopolista, a alternativa propõe um conjunto de medidas a discutir e enriquecer pelos bancários no sentido de defender os postos de trabalho, as reformas e a banca nacionalizada.

Desemprego feminino

Mais afectadas pelo desemprego e o aumento do custo de vida, as mulheres trabalhadoras «encontram-se entre as

principais vítimas da política seguida pelo Governo Mário Soares/Mota Pinto». Segundo nota do Departamento de Mulheres — organismo da CGTP-IN — a taxa de desemprego feminino é das mais elevadas (quase quatro vezes superior à dos restantes trabalhadores) a duração do desemprego feminino é também maior, sendo mais reduzidas as possibilidades de acesso a novo emprego; o emprego feminino na indústria está concentrado em sectores tradicionais como os têxteis, vestuário e conservas de peixe, em que são maiores os riscos de desemprego.

Anunciando vários Encontros de Mulheres Trabalhadoras, designadamente o de Évora, a realizar no próximo dia 27, juntamente com outras acções e iniciativas entretanto decididas pelo Conselho Nacional da Inter, o Departamento da Central recorda que, segundo fontes governamentais, haverá mais 100 mil desempregados dentro de poucos meses.

Situações de conflito e lutas agravadas pela política do Governo verificavam-se entretanto em empresas como a Messa, empresas vidreiras da Marinha Grande, CTM, Gelmar, Cifa, J. Pimenta, EPNC e Anop.

SINDICATOS E LEIS

Pergunta-se: vigora o quê?

A função social das leis desapareceu? A pergunta tem cabimento depois do que se passou há dias com a Função Pública e a PSP em matéria sindical. Mas o melhor, como esta nota é pequena, será precisar primeiro os seus limites. Trata-se de saber muito simplesmente o que está e não está em vigor.

É público e bem conhecido que a Constituição não limita a formação de sindicatos a este ou aquele ramo de actividade. Tão pouco restringe o direito à negociação colectiva. O mesmo sucede com a Lei Sindical.

Ratificadas pelo Estado português há também diversas convenções da OIT. Há a declaração sobre a Policia da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Convenção Europeia dos Direitos Humanos. A Comissão Pró-Sindical da PSP

e a Frente Comum dos Sindicatos da Função Pública têm-se remetido ao uso da legalidade. Têm mostrado compreender a função social das leis em vigor.

Contrariamente, o Governo, a rede precária de compromissos que encerra ou assume cada vez pior, remete-se ao uso da força, à utilização arbitrária do poder.

Dirão que os métodos democráticos da autoridade não podem ter a rigidez das leis — e para as leis — aprovadas noutras situações políticas que não esta.

Mas então para que serve, chamemos-lhe assim, o corpo legislativo do Estado? Que função tem?

Quando as urnas — símbolo tão «precioso», ao que parece, para este Governo — são retiradas pela força dos locais de voto, por que caminhos vão os legalistas do Estado de Direito?

Enquanto a direita enche os ouvidos da opinião (se é que ainda os tem) com essa e outras fórmulas vazias, a realidade mostra que é a Discriminação e não o Direito que dá a essas fórmulas algum sentido: o pior.

Mas além das leis há os regulamentos, os despachos, as resoluções do Conselho de Ministros. Sem dúvida que há. E desde que esses documentos estejam aprovados, promulgados, entrem em vigor e não colidam com a Lei Fundamental do regime democrático, revista ainda recentemente sob a «AD» na Assembleia da República, às autoridades cabe invocá-los, fazê-los respeitar.

Os trabalhadores e as suas organizações representativas têm sublinhado repetidamente que este Governo se instalou na ilegalidade.

Se um ministro, neste caso o da Administração Interna, vai à televisão

dizer que ainda não há diploma legal, mas vai haver dentro de quatro a seis anos, e a PSP o aplica já, como se estivesse em vigor, qual o alcance das leis?

Quando umas dezenas de dirigentes sindicais se limitam a reclamar uma audiência ao Primeiro-Ministro e só por isso são levados para a Esquadra, não será oportuno perguntar não o quê, mas «quem» está em vigor?

Pelos vistos, basta agora novamente e em «democracia» que alguém, investido para dizer «é proibido», «não pode», «cumpra-se», «desfrua-se», se oponha na rua a uma vigília legal, a uma eleição legal, para que a função social das leis desapareça e em seu lugar se instale a discriminação.

Não será tanto assim. A função social está longe de ter uma única vertente. E a organização dos trabalhadores não é, longe disso, a menor.

CLINICA GERAL
conferência sindical nacional sobre a carreira

que carreira, que futuro?

INSTITUTO DE MEDICINA TROPICAL • 26.11.83

SAN • S • JM SINDICATOS DOS MÉDICOS ZONAS NORTE • CENTRO • SUL

O penedo absentista do dr. Martins

trabalhadores portugueses «realizam maravilhas na sua dedicação aos interesses do país. Um número menor de trabalhadores por conta de outrem produziu em 1982 mais riqueza. Segundo o Relatório do Banco de Portugal, o desemprego aumentou, mas a produtividade cresceu 3,7 por cento» nesse ano, conclui a nota da CGTP.

perspectivas e futuro. A organização local e por regiões, bem como os respectivos modelos de organização constam também da agenda de trabalhos. Num estudo recentemente apresentado nas Jornadas Médicas de Aveiro, concluiu-se que nos distritos do Continente, exceptuando Lisboa, estão por ocupar 33 por cento dos lugares de clínicos gerais.



Na empresa e na rua os trabalhadores da Sorefame prosseguem a luta pela viabilização e contra os despedimentos. No dia 3 concentraram-se no Terreiro do Paço. A semelhança de acções anteriores, foi manifestada a solidariedade de muitos outros trabalhadores e trabalhadoras, que apoiaram os companheiros de luta na Sorefame, montando mesas com comida em plena rua, ajudando ao esclarecimento popular sobre a situação na empresa. Segundo veio a público, a administração pretende reduzir os postos de trabalho para metade, diminuir as instalações e o número de máquinas. Os cerca de mil trabalhadores exigem salários em atraso e recusam o desmantelamento da Sorefame. Na foto: concentração em Março.

Internacional

Reagan em Tóquio e Seul

O objectivo é sempre o mesmo

Os primeiros novos mísseis nucleares norte-americanos já chegaram à Europa. Segundo o jornal «Sunday Times», parte dos mísseis de Cruise estão, desde o início desta semana, na base militar britânica de Greenham Common. Em Itália, é o próprio ministro da Defesa, Giovanni Spadolini, a confirmar que brevemente começarão a chegar à base de Sigonella, na Sicília, as componentes para a instalação dos Cruise, em Comiso.

Simultaneamente, o Senado dos Estados Unidos aprovou, na semana passada, uma verba de 2,1 mil milhões de dólares para a produção e implantação dos primeiros 21 mísseis intercontinentais «MX», classificados, mesmo por peritos militares norte-americanos, como uma arma de ataque por excelência.

Também nestes dias, o presidente norte-americano Reagan deslocou-se à Coreia do Sul e ao Japão. Provocatoriamente foi visitar a zona de demarcação, fronteira que separa em dois um país dividido pelo imperialismo, na sequência da Segunda Guerra Mundial, quando tropas lanques trocaram o papel de libertadoras pelo de dominadoras.

Um conjunto de factos que não se caracterizam unicamente pela sua simultaneidade no tempo. Antes testemunham do carácter de uma política, inserem-se objectivamente no deliberado agravamento da cena política internacional, promovido pela Casa Branca, pelo Pentágono e, em última análise, pelos donos e senhores, a classe dirigente do sistema, o complexo militar-financeiro. Os únicos que ganham com a perigosa política seguida por Washington e pela NATO.

Algumas significativas declarações

«Ao longo da sua viagem pelo Japão e pela Coreia do Sul, Reagan dedicou-se, uma vez mais, a lançar declarações do mais primitivo anticomunismo, e de incentivo à corrida aos armamentos.»

Vale a pena referir aqui algumas dessas declarações, pelo que elas contêm de sintomático em relação à política imperialista.

Em Seul, Reagan teve o cuidado de relembrar a continuidade da orientação norte-americana, afirmando: «Numa época de paz tensa, estamos juntos como já tínhamos estado outra vez, em tempo de guerra, sendo o nosso objectivo

o mesmo e a nossa determinação inquebrantável». É verdade, o imperialismo sempre esteve, e está, ao lado dos ditadores contra os povos. No caso concreto da Coreia, é mesmo de Washington a responsabilidade da existência, não só de um país dividido, como de um governo ditatorial a Sul. E convém não esquecer que na guerra da Coreia — que, parece, há quem hoje



Manifestação, em Yokosuka, no Japão, contra a presença do porta-aviões americano Midway

queira reeditar — foi admitida a utilização da bomba atómica.

Faça à realidade de um povo vítima da política da Casa Branca soam com particularmente cínicas, mas bem significativas, declarações como a de que «hoje renovamos os compromissos mútuos pela causa da liberdade coreana e americana», ou ainda — «os nossos esforços conjuntos darão frutos para os dois povos, tal como para todos os povos da Terra».

«O mesmo profundo desprezo pela vontade dos povos nas palavras proferidas no Japão: «Reconheço que tendes alguns problemas constitucionais a este respeito (a militarização

do país), mas um Japão forte, um Japão capaz de participar melhor na sua própria defesa, seria um grande factor de estabilidade em toda a zona». Em suma, a Constituição japonesa, ao limitar formalmente a militarização do país (que entretanto avança a passos acelerados) é um «impedimento» para os desígnios de Washington!

«Na mesma linha de defesa do «direito» dos EUA a impor a força das suas armas por todo o mundo (é o jornal fascista «O Dia» que afirma que Reagan «ameaçou implicitamente restabelecer uma superioridade nuclear ocidental para «dissuadir» qualquer agressão soviética»), o presidente norte-americano aproveitou a sua passagem pelo Japão e Coreia para «reafirmar o compromisso da

no sentido de lutar pela não concretização, na Europa, desse perigoso passo na escalada nuclear que é a implantação nalguns países europeus da NATO de novos mísseis nucleares norte-americanos, que concretamente visa a violação do equilíbrio estratégico alcançado entre a NATO e o Tratado de Varsóvia.

Mas a verdade é que é igualmente importante não ignorar o que se vai passando pelo resto do mundo. Os factos não se podem desligar e a política belicista e aventureira de Reagan, não é só em relação à Europa.

Na Ásia, no oceano Pacífico, reforçam-se bases e arsenais militares, admite-se mesmo a introdução da bomba de neutrões, cozinha-se uma aliança

de podem ter as declarações provocatórias de Reagan, quando mete num mesmo saco Genebra, a acção provocatória do «Boeing», o atentado de Rangun, que vitimou vários dirigentes sul-coreanos, e ainda a situação em Beirute, para naturalmente de todos estes factos acusar, como é costume e hábito, a União Soviética?

Declarações e factos que, a somar ao reforço do aparato militar na zona, apontam claramente para o intuito de agravar a situação, se possível gerar mais um ponto quente, mais uma «guerra local».

Provocações contra a RDP da Coreia

São evidentes os sintomas de acentuação da tensão na Coreia e as tentativas de arranjar um qualquer pretexto para uma possível agressão contra a República Popular Democrática da Coreia. Mesmo aqui em Lisboa, o embaixador de Seul — com a cobertura de uma certa imprensa — veio acusar a RDP da Coreia do atentado de Rangun, naturalmente sem nenhuma prova, porque delas necessariamente carece. E aproveitou para declarar que a RDP da Coreia teria bandos terroristas em 42 países do mundo... Será oportuno recordar aqui quando a reacção portuguesa conseguiu «ver» vastos grupos de cubanos estrategicamente espalhados por terras alentejanas...

É evidente que estas acusações — feitas sobre o próprio acontecimento, quando do atentado de Rangun — nada têm a ver com os factos.

As suas razões são bem diferentes. Conforme denuncia a RPD da Coreia, a razão principal está na «situação interna da Coreia do Sul, em que dia a dia aumenta a luta dos habitantes, dos jovens estudantes contra o imperialismo norte-americano e a ditadura militar fascista, pela independência e a democracia».

Assim, o governo de Seul utiliza o atentado, quer para acentuar a repressão interna, quer para colocar as tropas americanas na zona e o exército fantoche sul-coreano.

É evidente que a RDP da Coreia não teria qualquer interesse no atentado. A morte do ditador de Seul não traria nem a paz nem a unidade à Coreia dividida, à Coreia ocupada.

No Verão de 1945, o general Arnold, chefe da aviação militar norte-americana, afirmou: «O nosso próximo adversário será a Rússia. Para que seja possível a fácil deslocação das forças aéreas estratégicas, precisamos de bases em todo o mundo, localizadas de forma a permitir-nos desencadear facilmente um golpe contra qualquer objectivo que importe atingir».

Para Washington o inimigo principal continua a ser a União Soviética. Com os avanços na luta revolucionária dos povos, que a Casa Branca assimila ao «expansionismo soviético», o «inimigo» está por todo o mundo. As armas, cada vez mais sofisticadas, e as bases militares americanas, também. Um imenso perigo que temos que saber enfrentar.

Mas quem estará de facto cercado?



Manifestações, nos Estados Unidos, contra a política de intervenção da Casa Branca, por todo o mundo

Na perspectiva da luta

Há apenas alguns dias milhares de uruguaios desceram às ruas de Montevideo para exigir a liberdade, o direito ao trabalho e a salários condignos, para afirmar que «A ditadura militar vai terminar». Quinhentas prisões, foi a resposta do governo. Resposta que sem dúvida não terá os resultados pretendidos. A luta avança aqui como um pouco por toda a América Latina.

No Chile onde, desde o «Dia de protesto nacional», se assiste a uma batalha contínua contra a ditadura, em que o «Movimento Democrático Popular», que agrupa diversas forças de esquerda, incluindo os comunistas, tem um peso assinalável. Na Argentina, que inicia um novo período da sua história, naturalmente não isento de dificuldades e contradições. Nessa batalha que se generaliza contra a política ditada pelo FMI, com particular expressão nas grandes manifestações realizadas no fim de Outubro no México, em que participaram mais de dois milhões de pessoas. Ou ainda no Brasil, com as dificuldades criadas ao governo de Mineiro para conseguir minimamente corresponder às exigências do Fundo Monetário Internacional, que se irão traduzir em mais uma quebra do nível de vida dos trabalhadores brasileiros.

Luta de massas e de povos que tem a sua expressão mesmo onde as condições são invulgarmente difíceis. Na Cisjordânia e Gaza, ocupadas por Israel. Como no Sul do Líbano, em que uma greve geral paralisa toda esta zona submetida ao Exército de ocupação, greve que teve também os seus reflexos no sector muçulmano de Beirute.

Valorizando as acções de resistência da população sul-libanesa, enquanto denuncia a situação criada, o Partido Comunista do Líbano, em comunicado do seu Bureau Político de dia 7 deste mês, destaca: «As autoridades israelitas estendem a mão para as instituições governamentais e afastam os funcionários que substituem por soldados das tropas de ocupação, na sequência do fracasso de todas as tentativas visando formar quadros locais encarregados de os substituir, na sequência do seu fracasso em liquidar a heróica resistência nacional popular e armada contra a ocupação. Mas estes actos não intimidaram as massas populares no sul, antes aumentaram como nunca a decisão de reforçar a sua luta contra o ocupante».

É nesta perspectiva, de resistência e luta popular, que

vive no seio da OLP, que impõe, como foi salientado por Gromyko em encontro com o ministro sírio dos Negócios Estrangeiros, «a necessidade urgente de ultrapassar as divergências e de restaurar a unidade no seio do movimento de resistência palestino, que deve continuar a ser uma força activa e eficaz na luta anti-imperialista no Médio Oriente».

Vivemos assim uma situação internacional particularmente complexa, em que por isso mesmo importa não perder uma visão multifacetada dos factos. Enquanto o comandante das Forças Armadas norte-americanas em Granada, «oferece os seus préstimos», propondo-se permanecer neste país ocupado, para além dos 60 dias fixados pelo Congresso, milhares de norte-americanos protestam em Washington,



Os mísseis norte-americanos já estão na Grã-Bretanha, mas as manifestações permanentes junto da base de Greenham Common vão continuar

nucleares norte-americanos. Ou a repressão em países dominados por ditaduras impostas por Washington — 176 mil pessoas assasinadas em cinco anos na Guatemala. A intervenção militar directa: Granada. A criação de situações explosivas como a do Médio Oriente para onde se dirigem dezenas de navios, incluindo porta-aviões norte-americanos. Ou ainda os esforços de divisão de forças anti-imperialistas ou organizações de libertação.

Neste momento, como factos particularmente preocupantes temos as ameaças (e preparativos) de invasão da Nicarágua; a por vezes esquecida guerra não-declarada que se arrasta na África Austral; e em particular a complexa situação que se

empunhando cartazes com a afirmação «Não queremos outro Vietname». Um pequeno punhado de gente que se perde no mar das sondagens que afirmam que a invasão de Granada fez subir o prestígio de Reagan? Talvez. Mas um punhado de gente que se soma a muitos outros que se batem por todo o mundo. E importa aqui relembrar a opinião dos camaradas vietnamitas sobre a importante ajuda, para a sua heróica e vitoriosa batalha contra o imperialismo norte-americano, de um outro movimento que então assim nasceu também nos EUA.

Hoje a Casa Branca parece ignorar as lições da história. Para nós é essencial não esquecer.



Reagan reafirmou o seu apoio ao governo de Seul. Na foto, uma imagem da repressão que se abateu sobre o levantamento popular de Maio de 80. Um exemplo de como se defendem os interesses do imperialismo

PERU — Vitória da esquerda

● Condenação de uma política antipopular

No passado fim-de-semana realizaram-se no Peru eleições municipais. Os resultados são conhecidos — e pese embora o carácter destas eleições — são resultados inequívocos; e constituem uma evidente condenação da política seguida pelo actual governo de Belaunde Terry. Em síntese, a oposição ganhou de forma clara.

No conjunto do país, excluindo a capital, Lima, o Partido APRA, com um carácter contraditório mas que tem vindo a defender posições antigovernamentais, obteve uma percentagem provisória de cerca de 37 por cento dos votos. A Acção Popular, no governo, não ultrapassou os 18 por cento. Em Lima (30% da população do país), a vitória da esquerda é ainda mais evidente, com a eleição para presidente da Câmara de Alfonso Barrantes, candidato da coligação Esquerda Unida (que inclui o Partido Comunista). No seu conjunto, as forças de oposição (incluindo portanto o Partido APRA), obtiveram 60 por cento dos sufrágios.

As eleições realizaram-se

num clima de grande tensão social. Por um lado multiplicavam-se importantes lutas de trabalhadores, contra o desemprego, contra o desesperada degradação das condições de vida. O facto de estarem em curso, neste momento, negociações do governo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), para a elaboração do plano económico de 84, é particularmente significativo. As lutas dos trabalhadores peruanos vinham a assumir mesmo o carácter de verdadeiros confrontos com a polícia.

De notar igualmente que as eleições se realizaram em condições de estado de emergência, decretado a nível nacional desde Maio passado. Também o pretexto do combate ao ter-

rorismo nas províncias andinas conduziu a uma generalizada repressão. Actos terroristas, reivindicados pelo grupo «Sendero Luminoso», que actua nas referidas províncias, extremamente atrasadas, antecederam a própria abertura dos centros de voto. As forças de direita desenvolveram uma sistemática campanha (ou melhor dizendo, acentuaram) no sentido de identificar os partidos da frente Esquerda Unida com o «Sendero Luminoso».

Por outro lado, a propaganda paga submergiu os órgãos de informação. Os pequenos espaços gratuitos abertos pela Junta Nacional de Eleições na imprensa, rádio e televisão, não poderiam facultar verdadeira resposta, em termos propagandísticos, aos que tinham dinheiro para pagar — naturalmente as forças políticas de direita.

Apesar disso — e na lógica do desenvolvimento das lutas de massas que se vinham a acentuar — a campanha eleito-

ral da frente Esquerda Unida encerrou com um comício considerado monumental. Os resultados eleitorais exprimem a mais clara condenação da política do governo.

Que política?

Em 3 de Outubro de 1968, um movimento de militares, encabeçado por Velasco Alvarado, iniciou um processo de transformação da vida nacional, inserindo reformas de conteúdo revolucionário. Num país predominantemente agrícola, e dominado pelo latifúndio, a Reforma Agrária — decretada em 24 de Junho de 1969 — surge como um passo determinante (quatro anos depois tinham sido organizadas mais de mil empresas associativas, incluindo vários tipos de cooperativas).

Paralelamente procede-se a medidas de nacionalização, nomeadamente em relação à exploração petrolífera, e outros domínios sociais, incluindo o campo cultural.

Não é possível esboçar aqui toda a complexidade da vida e da situação do Peru, o processo político que se desenvolveu nos últimos anos.

O que importa, de momento, destacar são as consequências e os custos sociais e económicos a que conduziu o retrocesso e a destruição de conquistas revolucionárias — que estão na base dos actuais resultados eleitorais. Retrocesso e destruição que se exprime em termos de repressão e desenvolvimento do terrorismo, por um lado. E por outro em indicativos económicos dramáticos.

Assim, e também de acordo com os parâmetros invariavelmente impostos pelo FMI, atingiram-se índices como: uma inflação acumulada de 105 por cento nos dez primeiros meses de 1983, uma desvalorização da moeda de 114 por cento nesse mesmo período, uma produção industrial de 40 por cento da sua capacidade, uma dívida externa de mais de 12 bilhões de dólares. Quase um



Hoje, uma vez mais, o povo peruano pronuncia-se por uma política popular, por uma opção de esquerda

terço da população activa em situação de desemprego total ou parcial.

Situação a que se chegou, e não é de mais repeti-lo, segundo os esquemas monetaristas ditados pelo FMI, e nomeadamente pela venda de empresas estatais com o pretexto de «não serem rentáveis»...

Os resultados — em termos de classes — de tal política falam por si.

Para as empresas estrangeiras que exploram as riquezas peruanas, em particular o petróleo, isso significou lucros de centenas de milhões de dólares, o que mais concretamente quer dizer que 60 por cento do excedente social gerado no Peru (na base da miséria da população) vai para o estrangeiro.

Para o povo peruano, para as massas trabalhadoras (excluindo esse 1 por cento da população que dispõe de 30 por cento da receita nacional)

— a política que tem vindo a ser seguida significa: mais de 40 por cento da população sofre problemas de desnutrição, a mortalidade infantil por tuberculose foi, em 82, 25 por cento mais elevada do que nos anos anteriores, 40 por cento da população só participa em 8 por cento da receita nacional.

Os resultados de uma política. A base — possível — da transformação de um país, cujo povo foi às urnas dizer que quer uma outra vida.